

Tempo de criatividade e de vitalidade

185

EDITORIAL

Estimados religiosos, estimadas religiosas e demais leitores e leitoras da revista *Convergência*, alegria e paz em Cristo!

Primeiramente, expresso meu reconhecimento e gratidão ao Padre Plutarco Almeida, sj, pelos anos dedicados à CRB, no setor Publicações/Revista *Convergência*. Pela competência profissional e pela dedicação ao Reino de Deus, Padre Plutarco imprimiu vitalidade à *Convergência*, qualificando os artigos publicados e implantando um novo sistema informatizado de Cadastro de Assinantes, entre outras mudanças. Aumentou, assim, o nível de atendimento aos assinantes e o nível de aceitação dos textos.

A edição de abril inicia-se com a Mensagem do Papa Bento XVI para a 50ª Dia Mundial de Oração pelas Vocações, que será celebrado no IV Domingo de Páscoa, 21 de abril de 2013. O tema da Mensagem é “As vocações, sinal da esperança fundada na fé”, que bem se integra no contexto do Ano da Fé e no cinquentenário da abertura do Concílio ecumênico Vaticano II.

O primeiro texto da seção Informes traz notícias da XXXV Assembleia Geral da União das(os) Superiores(es) Gerais de Congregações Brasileiras (USGCB), com o tema “Refletir a Mística e Profecia na Vida Religiosa Consagrada a partir das Raízes das Congregações Brasileiras”. Entre as prioridades para o triênio 2013-2015, destaca-se a “missionariedade/inserção, juventude e cultivo da mística do cuidado”.

No segundo texto de Informes, a CRB Nacional presta gratidão e homenagem aos religiosos e às religiosas do Brasil que, por amor ao Reino de Deus, deixaram tudo para levar carinho e cuidado ao povo do Haiti. As Irmãs que integram a Comunidade Intercongregacional expressam:

Desde a nossa entrada aqui no Haiti, em 14 de setembro de 2010, ouvimos choros de crianças por causa da fome e da sede. Mães e pessoas comuns suplicarem por um pouco de comida e água é sempre uma constante, portanto as palavras *GRANGOU* = FOME e *SWAFE* = SEDE estão gravadas em nossos corações, mentes e ouvidos.

A seção Arte e Cultura, do Padre Plutarco Almeida, é bem interessante para a Vida Religiosa Consagrada, pois estabelece um paralelo (ou confronto) entre o voto de pobreza e o problema do consumismo. Escreve o autor que não é possível conciliar o projeto de amor de Jesus Cristo com o projeto perverso desta sociedade capitalista/consumista.

Na seção Artigos, Frei Rubens Nunes da Mota, ofmcap, aborda o “Discernimento vocacional junto às Juventudes no contexto atual”. O emprego de “Juventudes” e não simplesmente “Juventude” será esclarecido no contato com o texto, que indica três pontos básicos para ajudar na reflexão sobre os desafios para o discernimento vocacional junto às Juventudes no contexto atual: elementos para entender o contexto atual, a percepção das Juventudes no contexto atual e pistas para o discernimento vocacional.

O segundo e último artigo é do Frei Bruno Secondin, oarm, que escreve sobre o Concílio Vaticano II, sob o título “Para reencontrar o Espírito carismático do Concílio”. Em longo texto, bem desenvolvido e detalhado, o autor destaca os sinais de abertura que os textos conciliares apontam para a Vida Consagrada. Diz Secondin que os textos alargaram os horizontes da Vida Consagrada e os seus temas de maneira antes desconhecida.

Que o Espírito Santo encontre abertura no coração da Vida Consagrada Religiosa para inspirar criatividade e vitalidade na realização do Reino de Deus. Que o nosso centro seja sempre Jesus Cristo, que passou a vida amando, fazendo o bem e anunciando o Reino de Deus.

LAURO DAROS, MARISTA

Mensagem do Papa Bento XVI para o 50º Dia Mundial de Orações pelas Vocações

21 de abril de 2013 – IV Domingo de Páscoa

TEMA: AS VOCAÇÕES, SINAL DA
ESPERANÇA FUNDADA NA FÉ

Amados irmãos e irmãs!

No quinquagésimo Dia Mundial de Oração pelas Vocações que será celebrado no IV Domingo de Páscoa, 21 de abril de 2013, desejo convidar-vos a refletir sobre o tema “As vocações, sinal da esperança fundada na fé”, que bem se integra no contexto do *Ano da Fé* e no cinquentenário da abertura do *Concílio Ecumênico Vaticano II*. Decorria o período da Assembleia conciliar quando o Servo de Deus Paulo VI instituiu este Dia de unânime invocação a Deus Pai para que continue a enviar operários para a sua Igreja (cf. Mt 9,38).

“O problema do número suficiente de sacerdotes – sublinhava então o sumo pontífice – interpela todos os fiéis, não só porque disso depende o futuro da sociedade cristã, mas também porque este problema é o indicador concreto e inexorável da vitalidade de fé e amor de cada comunidade paroquial e diocesana, e o testemunho da saúde moral das famílias cristãs. Onde desabrocham numerosas as vocações para o estado eclesiástico e religioso, vive-se generosamente segundo o Evangelho” (Paulo VI, *Radiomensagem*, 11 de abril de 1964).

Nestas cinco décadas, as várias comunidades eclesiais dispersas pelo mundo inteiro têm-se espiritualmente unido todos os anos, no IV Domingo de Páscoa, para implorar de Deus o dom de santas vocações e propor de novo à reflexão de todos a urgência da resposta à chamada divina. Na realidade, este significativo encontro anual tem favorecido fortemente o empenho por se consolidar sempre mais, no centro da espiritualidade, da ação pastoral e da oração dos fiéis, a importância das vocações para o sacerdócio e a Vida Consagrada.

A esperança é expectativa de algo de positivo para o futuro, mas que deve ao mesmo tempo sustentar o nosso presente, marcado frequentemente por dissabores e insucessos. Onde está fundada a nossa esperança? Olhando a história do povo de Israel narrada no Antigo Testamento, vemos aparecer constantemente, mesmo nos momentos de maior dificuldade como o exílio, um elemento que os profetas de modo particular não cessam de recordar: a memória das promessas feitas por Deus aos Patriarcas; memória essa que requer a imitação do comportamento exemplar de Abraão, o qual – como sublinha o Apóstolo Paulo – “foi com uma esperança, para além do que se podia esperar, que ele acreditou e assim se tornou pai de muitos povos, conforme o que tinha sido dito: Assim será a tua descendência” (Rm 4,18). Então, uma verdade consoladora e instrutiva que emerge de toda a história da salvação é a fidelidade de Deus à aliança, com a qual se comprometeu e que renovou sempre que o homem a rompeu pela infidelidade, pelo pecado, desde o tempo do dilúvio (cf. Gn 8,21-22) até o êxodo e o caminho no deserto (cf. Dt 9,7); fidelidade de Deus que foi até o ponto de selar a nova e eterna aliança com o homem por meio do sangue de seu Filho, morto e ressuscitado para a nossa salvação.

Em todos os momentos, sobretudo nos mais difíceis, é sempre a fidelidade do Senhor – verdadeira força motriz da história da salvação – que faz vibrar os corações dos homens e mulheres e os confirma na esperança de chegar um dia à

“Terra Prometida”. O fundamento seguro de toda a esperança está aqui: Deus nunca nos deixa sozinhos e permanece fiel à palavra dada. Por este motivo, em toda a situação, seja ela feliz ou desfavorável, podemos manter uma esperança firme, rezando com o salmista: “Só em Deus descansa a minha alma, dele vem a minha esperança” (Sl 62[61],6). Portanto ter esperança equivale a confiar no Deus fiel, que mantém as promessas da aliança. Por isso, a fé e a esperança estão intimamente unidas. A esperança

é, de fato, uma palavra central da fé bíblica, a ponto de, em várias passagens, ser possível intercambiar os termos “fé” e “esperança”. Assim, a Carta aos Hebreus liga estreitamente a “plenitude da fé” (10,22) com a “imutável profissão da esperança” (10,23). De igual modo, liga ea6.2(.9(a c)-3.6.7(g)-a.7(g)-P)-33(4.7(s p)-6.8(11.6(a)-2.3.5(a)-22J8048(1)4(e 223)1D[(s11e)-6.9(n-9(.5)-2.35(o 4.53(1(n)7.9(12)-17.5g)-c 1)3.4(.5(o

desígnio de salvação. No Senhor ressuscitado, temos a certeza da nossa esperança” (*Discurso aos jovens da Diocese de São Marino-Montefeltro*, 19 de junho de 2011).

Também hoje, como aconteceu durante a sua vida terrena, Jesus, o Ressuscitado, passa pelas estradas da nossa vida e vê-nos imersos nas nossas atividades, com os nossos desejos e necessidades. É precisamente no nosso dia a dia que ele continua a dirigir-nos a sua palavra; chama-nos a realizar a nossa vida com ele, o único capaz de saciar a nossa sede de esperança. Vivente na comunidade de discípulos que é a Igreja, ele chama também hoje a segui-lo. E este apelo pode chegar em qualquer momento. Jesus repete também hoje: “Vem e segue-me!” (Mc 10,21). Para acolher este convite, é preciso deixar de escolher por si mesmo o próprio caminho. Segui-lo significa entranhar a própria vontade na vontade de Jesus, dar-lhe verdadeiramente a precedência, antepô-lo a tudo o que faz parte da nossa vida: família, trabalho, interesses pessoais, nós mesmos. Significa entregar-lhe a própria vida, viver com ele em profunda intimidade, por ele entrar em comunhão com o Pai no Espírito Santo e, conseqüentemente, com os irmãos e irmãs. Esta comunhão de vida com Jesus é o “lugar” privilegiado onde se pode experimentar a esperança e onde a vida será livre e plena.

As vocações sacerdotais e religiosas nascem da experiência do encontro pessoal com Cristo, do diálogo sincero e familiar com ele, para entrar na sua vontade. Por isso, é necessário crescer na experiência de fé, entendida como profunda relação com Jesus, como escuta interior da sua voz que ressoa dentro de nós. Este itinerário, que torna uma pessoa capaz de acolher a chamada de Deus, é possível no âmbito de comunidades cristãs que vivem uma intensa atmosfera de fé, um generoso testemunho de adesão ao Evangelho, uma paixão missionária que induza a pessoa à doação total de si mesma pelo Reino de Deus, alimentada pela recepção dos sacramentos, especialmente a Eucaristia, e por uma fervorosa vida de oração. Esta “deve, por um lado, ser muito pessoal, um confronto do meu eu com Deus, com o Deus

vivo; mas, por outro, deve ser incessantemente guiada e iluminada pelas grandes orações da Igreja e dos santos, pela oração litúrgica, na qual o Senhor nos ensina continuamente a rezar de modo justo” (Enc. *Spe salvi*, n. 34).

A oração constante e profunda faz crescer a fé da comunidade cristã, na certeza sempre renovada de que Deus nunca abandona o seu povo e que o sustenta suscitando vocações especiais, para o sacerdócio e para a Vida Consagrada, que sejam sinais de esperança para o mundo. Na realidade, os presbíteros e os religiosos são chamados a entregar-se de forma incondicional ao Povo de Deus, num serviço de amor ao Evangelho e à Igreja, num serviço àquela esperança firme que só a abertura ao horizonte de Deus pode gerar.

Assim eles, com o testemunho da sua fé e com o seu fervor apostólico, podem transmitir, em particular às novas gerações, o ardente desejo de responder generosa e prontamente a Cristo, que chama a segui-lo mais de perto. Quando um discípulo de Jesus acolhe a chamada divina para se dedicar ao ministério sacerdotal ou à Vida Consagrada, manifesta-se um dos frutos mais maduros da comunidade cristã, que ajuda a olhar com particular confiança e esperança para o futuro da Igreja e o seu empenho de evangelização. Na verdade, sempre terá necessidade de novos trabalhadores para a pregação do Evangelho, a celebração da Eucaristia, o sacramento da Reconciliação.

Por isso, oxalá não faltem sacerdotes zelosos que saibam estar ao lado dos jovens como “companheiros de viagem”, para os ajudarem, no caminho por vezes tortuoso e obscuro da vida, a reconhecer Cristo, Caminho, Verdade e Vida (cf. Jo 14,6); para lhes proporem com coragem evangélica a beleza do serviço a Deus, à comunidade cristã, aos irmãos. Não faltem sacerdotes que mostrem a fecundidade de um compromisso entusiasmante, que confere um sentido de plenitude à própria existência, porque fundado sobre a fé naquele que nos amou primeiro (cf. 1Jo 4,19).

Do mesmo modo, desejo que os jovens, no meio de tantas propostas superficiais e efêmeras, saibam cultivar a atração

pelos valores, as metas altas, as opções radicais por um serviço aos outros seguindo os passos de Jesus. Amados jovens, não tenhais medo de o seguir e de percorrer os caminhos exigentes e corajosos da caridade e do compromisso generoso. Sereis felizes por servir, sereis testemunhas daquela alegria que o mundo não pode dar, sereis chamados vivos de um amor infinito e eterno, aprendereis a “dar a razão da vossa esperança” (1Pd 3,15).

Vaticano, 6 de outubro de 2012.

BENTO XVI

A Assembleia Geral da União das(os) Superioras(es) Gerais de Congregações Brasileiras (USGCB)

193

INFORMES

A XXXV Assembleia Geral da União das(os) Superioras(es) Gerais de Congregações Brasileiras (USGCB) aconteceu de 20 a 25 de agosto 2012 em Salvador-BA, com o tema: “Refletir a Mística e Profecia na Vida Religiosa Consagrada a partir das Raízes das Congregações Brasileiras”. Num clima de Irmãs e Irmãos na partilha da vida e missão, foram destacadas as prioridades para o triênio 2013-2015, com enfoque na missionariedade/inserção, juventudes e cultivo da mística do cuidado. E para dar continuidade à animação da Vida Religiosa brasileira foi realizada a eleição da Equipe Coordenadora para o triênio 2013-2015.

O Espírito de Deus desinstala e convoca

MÔNICA MARIA DE SOUSA, FSCJ*

Cada assembleia da USGCB, como toda novidade do Reino, é uma experiência profunda do amor de Deus que se revela no chão de nossa vida, com a certeza de que não estamos sozinhas, ele é Deus Conosco! Desta vez, nos dias 20 a 25 de agosto de 2012, na XXV Assembleia da USGCB experimentamos a Graça do Verbo que se fez carne e habitou em São Salvador da Bahia!

Cada detalhe preparado pelo Regional da Bahia nos surpreendeu pelo acolhimento fantástico e sensibilidade em

*** Irmã Mônica Maria de Sousa** é ministra-geral da Congregação das Irmãs Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus. É formada em Pedagogia e pós-graduada em Gestão Escolar.
Endereço da autora: Rua Edgard Werneck, 431, CEP 22763-010, Rio de Janeiro-RJ. E-mail: irmonicarj@yahoo.com.br.

nos tocar justamente em nosso sonho de uma Vida Religiosa desafiadora a partir do *não lugar*.

Em tudo havia uma convocação, seja nas lembrancinhas, na música, na noite cultural, mas acima de tudo na oportunidade de estar no memorial de Irmã Dulce dos Pobres e com Henrique da Trindade, um missionário leigo comprometido com a causa dos moradores de rua, resgatando-lhes a dignidade a partir do convívio fraterno e na acolhida do amor sem fronteiras, sem preconceito.

Para o tema provocador de uma reflexão sobre a “Mística e Profecia na Vida Religiosa Consagrada a partir das Raízes de Congregações Brasileiras”, não poderíamos estar num outro lugar e com outro grupo. Foi ali, com aquelas Irmãs e Irmãos de caminhada, unidas(os) pelo amor à Vida Religiosa e pela missão de lideranças de Congregações brasileiras, que pudemos partilhar os nossos sonhos, nossas inquietudes, alimentar nossa mística para revitalizar nossa profecia, em comunhão com toda a caminhada da CRB do Brasil.

Todos os momentos foram vividos com intensidade e por isso mesmo a eleição da nova equipe foi num clima de muita tranquilidade e confiança. Com certeza não lhes faltará a luz do Espírito para que possam continuar com passos firmes a caminhada trilhada pela USGCB sob a coordenação de Irmã Maria Inês Ribeiro no último triênio.

Com alegria recebemos o “sim” de Irmã Cacilda Mendes Peixoto e a nova equipe de coordenação, pois, mesmo sabendo que é mais um acúmulo de trabalho, diante da responsabilidade que já têm diante de suas Congregações, o “sim” de cada uma foi generoso, disponível como discípulas amadas do Mestre.

Com tanta riqueza, somente nos resta agradecer ao Espírito de Deus, que, como disse nossa assessora, Irmã Eurides Alves de Oliveira, icm, nos desinstala e nos convoca para o *não lugar* no hoje do contexto histórico de nosso País.

“Ti Grangou”

195

HAITI – COMUNIDADE INTERCONGREGACIONAL*

Ao escrevermos um artigo no início de 2013, iniciamos usando a frase de uma criança de um ano e seis meses. Seus pais saíram do interior e passaram a morar em uma das nossas áreas de atuação em Porto Príncipe. Encontramos a criança aos prantos e sua irmã, de sete anos, trazia-a nos braços tentando consolá-la. Agachamos e perguntamos-lhe: “Zanmi mwen, ki sa ou genyen pou kriye komsa?”, que

plantação de feijão, mandioca, milho, quiabo. Já tivemos a graça de quatro colheitas, e nesses períodos as famílias têm mais vida, realizando o grande sonho de Deus. “Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

Tais atividades não são suficientes para reduzir a fome de uma população em extrema vulnerabilidade social. É um povo que vive como “ovelhas sem pastor”.

Refletindo com esses grupos, surgiu a ideia de dar início a “Trabalhos de Geração de Renda” dentro da perspectiva da Economia Solidária, a qual tem como objetivo ser um jeito novo de se fazer economia, sem explorar ninguém, sem querer levar vantagem, sem destruir o meio ambiente, cooperando com e fortalecendo o grupo, sem patrão nem empregado, cada um pensando no bem de todos e no seu próprio bem. É regida por valores: autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano.

Para tanto, já se produzem diversos tipos de pães, doces e salgados, com as mulheres; produção de macarrão, com a juventude; hortas e criação de pequenos animais, com famílias; confecção de artesanato, bordado e bijuterias, com grupos diversos, dentro de uma perspectiva ambiental e sustentável. Esses grupos já conseguem comprar parte da matéria-prima, produzir, comercializar e partilhar o lucro de maneira justa e solidária entre as(os) participantes.

A necessidade humana não se limita à comida, por isso o projeto tem caráter interdisciplinar, colaborando na formação do Clero Diocesano e da Vida Religiosa, oferecendo formação contínua e qualificada no que diz respeito à capacitação das pessoas para superarem os traumas, os conflitos pessoais e interpessoais, trabalharem conjuntamente na ótica do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, tendo como ponto de partida as relações, que é um projeto da Unesco.

A nossa missão é manifestar e testemunhar a face do “Deus Mãe/Pai” que ama, acolhe e cuida dos(as) seus(suas) filhos(as). Nossa missão se baseia em apontar sinais de

Irmã Veraluce Porfírio dos Santos pertence à Congregação das Irmãs de Santa Catarina de Alexandria V. M. E-mail: veraluce99@yahoo.com.
Irmã Mara Goreth Ribeiro dos Santos pertence à Congregação Irmãs Teresianas. E-mail: gorethribeiro@yahoo.com.
Irmã Rita Lori Finkler pertence à Congregação Irmãs Filhas do Amor Divino. E-mail: rita55dc@yahoo.com.

esperança para aquelas(es) que já não veem mais sentido para viver.

Todas as atividades citadas são instrumentos e sinais da presença de Deus no meio do povo com o qual nos encontramos todos os dias e que é a razão da nossa evangelização e missão.

Essa realidade se confirmou no período do Natal, quando todos os grupos celebraram a chegada do Menino Deus com festa e alegria, através da oração, da música, da dança e da confraternização. Todas as pessoas participantes agradeceram pela convivência entre nós e entre elas mesmas na presença do Menino Jesus.

Disse uma participante: “Bondye, beni nou e tout sè yo bresilienne ki te vini patage la vi li avek nou” [“Bom Deus, abençoe-nos e abençoe as Irmãs brasileiras que vieram partilhar a vida conosco”].

Ser missionária(o) é estar no meio da massa sobranete do capitalismo e emprestar a voz e o ouvido para quem já não é mais escutado(a). É passar pela experiência da mensageira da Esperança e da Paz numa realidade de morte e colocar-se sem reservas nas mãos do Deus de Judite, que enfrentou o inimigo com as mais sutis estratégias. Acreditar no Deus de Ana, que rezou no templo – aquela que era estéril tornou-se a mãe de muitos filhos. Ter atitude de Miriam – pegou o tamborim e chamou o povo para a dança da vida. Ser Maria de Nazaré, que disse “sim” ao Anjo Gabriel e trouxe Jesus ao mundo, o qual transformou a história da humanidade.

PLUTARCO ALMEIDA, SJ*

Numa bela manhã de sábado

Abro o jornal e me deparo com a seguinte manchete: “Tradicional loja de Londres cria espaço de isolamento do consumo”. Curioso, resolvi ler a matéria toda. A sala fica na loja *Selfridges*, localizada na tradicional Oxford Street, no centro da capital inglesa. A estratégia faz parte da campanha “No Noise” (“Sem Barulho”) e tem por objetivo “oferecer momentos de paz e tranquilidade em um mundo que nos bombardeia com informação e estímulos”. Além do espaço para isolamento e reflexão, a iniciativa inclui mensagens de meditação criadas por um monge budista. É tudo muito “zen”. O espaço, também chamado de “Sala do Silêncio”, tem decoração discreta e despojada, iluminação e ventilação naturais. Existe apenas um banco simples para que as pessoas sentem e ouçam música suave pelo tempo que quiserem. Relax total! Não se pode entrar com celulares ou quaisquer aparelhos eletrônicos. Relógios e sapatos também são proibidos. Apesar da aparência meio futurista do projeto, que procura combater o estresse e o *consumismo* atuais, a ideia tem mais de um século de história e foi iniciativa do fundador da loja, Harry Gordon Selfridge, em 1909, com o mesmo objetivo de hoje, diga-se de passagem.

Parece contraditório o fato de uma iniciativa como esta ter surgido no âmbito de uma empresa comercial, não é mesmo? Toda loja quer vender, e vender muito, ora bolas! Para que, então, criar uma sala exatamente para as pessoas pararem de fazer o que mais interessa aos donos da loja, ou

* **Padre Plutarco Almeida** é jesuíta.
Endereço do autor: Av. Governador José Malcher, 1169, CEP 66055-230, Belém-PA.
E-mail: plutarcosj@yahoo.com.br.

seja, consumir? Não é estranho isso? O jornal, infelizmente, não entrevistou o Sr. Gordon nem os atuais proprietários da loja *Selfridges*, por isso eu e você, leitor(a), jamais saberemos o que foi que motivou, de fato, a criação dessa incrível “Sala do Silêncio”. A única pista oferecida pela empresa, ainda de acordo com a informação do jornal, é que se trata de um espaço ou de “um retiro para descansar da voracidade das liquidações e recuperar as forças”.

E nós com isso?

Bem, o que me importa aqui é aproveitar a notícia para levantar uma questão que diz respeito não somente ao público consumidor em geral, mas também aos Religiosos e às Religiosas. Engana-se quem pensa que o fenômeno do *consumismo* passa ao largo da Vida Religiosa Consagrada. O voto de pobreza nem sempre garante o que seria uma isenção dos malefícios da sociedade atual. Não dá para pensar numa vacina que nos proteja contra esta onda gigantesca e avassaladora. Hoje em dia eu acho que nem os monges nem as monjas estão totalmente protegidos. Talvez eu esteja enganado, mas desconfio de que os muros dos seus mosteiros não garantem muita coisa neste sentido, não. Na verdade, esse caldo cultural capitalista/consumista invade sem pedir licença todos os espaços da nossa vida e também da VRC. Por que não?

Mas aí você me pergunta: para que serve o voto de pobreza, afinal de contas? A nossa consagração não deveria nos proteger de toda esta maquinação consumista? Não sou especialista no assunto. Creio que a Madre Teresa de Calcutá e tantos outros Religiosos e Religiosas que viveram radicalmente a sua consagração poderiam oferecer respostas bem mais qualificadas do que eu. De qualquer maneira, penso que neste momento a VRC precisa relacionar o voto de pobreza com a ânsia de consumir presente em cada um de nós. Até os postes da rua sabem que pobreza, em qualquer sentido que o termo seja usado, não rima com *consumismo*, e as pessoas consagradas, até onde eu saiba, deveriam viver

como pobres, ou, no mínimo, com bastante simplicidade. Combater duramente essa cultura do *consumo* desvairado em que vivemos não seria algo bem próprio da nossa vocação?

Consumidores ou consumistas?

Antes de prosseguir com esta reflexão, é bom estabelecer logo uma distinção entre *consumo* e *consumismo* para não confundirmos “alhos com bugalhos”. Em primeiro lugar, é bom esclarecer que o *consumo* faz parte do nosso cotidiano. Consumir todo mundo consome, porque todo mundo tem carências a serem satisfeitas. Essas carências se dão no âmbito material e também no âmbito humano/espiritual. Por outro lado, o ser humano também é um produtor. Entretanto, de que adiantaria produzir se não houvesse quem consumisse? Assim, produzir e consumir são duas faces de uma mesma moeda. Na produção e no *consumo*, a pessoa expressa a sua inteligência, a sua criatividade, cresce e faz crescer os outros. Produzindo e consumindo, chegamos até aqui. As civilizações evoluíram, o mundo progrediu, o homem e a mulher cresceram em todos os sentidos, não somente produzindo, mas também consumindo e sofisticando sempre mais esta produção e este *consumo*. É desse jeito que a economia faz girar a roda viva do mundo.

Era uma vez...

Sim, mas qual é mesmo a diferença entre *consumo* e *consumismo*? Vou tentar dizer através de uma parábola. Certa vez, entrei na garagem de uma comunidade religiosa e vi três automóveis de luxo estacionados. Não eram veículos comuns, pelo contrário, chamavam a atenção mesmo. Cheguei a pensar que as vagas tivessem sido alugadas para alguém (sempre falta estacionamento nas grandes cidades, não é mesmo?) até que o colega acionou o alarme de um desses automóveis me convidando gentilmente para entrar. Nunca tinha entrado num carrão como aquele, juro! O “bicho” só faltava falar! Aliás, o computador de bordo falava a

todo momento: *aperte o cinto, curva à direita, lombada à frente, reduza a velocidade, e por aí vai.*

Nossas desculpas de sempre

E então, querido(a) leitor(a), você acha que isso é *consumo* ou *consumismo*? Com certeza, alguém (principalmente você que dirige um carro de luxo que, teoricamente, pertence à sua querida comunidade) poderia contra-argumentar dizendo que o automóvel foi comprado por um preço bem reduzido (uma pechincha mesmo!), ou que ele é mais econômico do que os carros ditos populares. Outra vertente de contra-argumentação seria esta: “Sim, nós temos um carro de luxo, mas a comunidade vive de forma bastante simples e investimos muito dinheiro em nossas obras sociais. Que mal existe em proporcionar um pouco mais de conforto aos(às) nossos(as) irmãos(ãs)? Trabalhamos tanto!”. Argumentos, motivações e desculpas “fajutas” sempre existirão. Somos mestres nessa arte!

Então, sem querer generalizar, é claro, ousado dizer que a VRC padece dos mesmos males do mundo moderno. Amigo(a) leitor(a), você já reparou no número de aparelhos eletroeletrônicos que existe em sua Casa Religiosa? Toda essa parafernália tem sido utilizada realmente? Se alguém retirasse, digamos, cinquenta por cento desses equipamentos, faria muita falta? A eficiência apostólica depende basicamente dessas tecnologias, ou não? Quantas vezes um(a) irmão(ã) aí na sua Comunidade viu um anúncio na TV, na internet ou na revista e exclamou, com ares de pedinte: “Seria bom comprar esse aparelho aqui para casa”, mesmo sabendo que tal compra é absolutamente desnecessária? E nos quartos da gente há coisas que poderiam ser descartadas? Ponha a mão na consciência: o que há de necessário (*consumo*) e o que existe de supérfluo (*consumismo*)? A verdade é que, ao longo dos anos, nossos quartos e nossas casas vão se enchendo de objetos que um dia alguém achou importante comprar, mas que, pouco tempo depois, já não servem para nada, a não ser para entulhar os espaços físicos

das residências e encher o caminhão no dia da mudança. No ato da compra, esses objetos pareciam bonitos, práticos, econômicos, “necessários”... e tudo o mais. Toda uma bonita argumentação foi elaborada e a decisão de comprar foi tomada sem dor de consciência. Contudo, o tempo provou que deles não precisávamos e que tudo não passou de ilusão consumista. A convicção de ontem tornou-se a desilusão de agora. Outras vezes usamos a compra como rota de fuga ou “válvula de escape” para aqueles problemas pessoais e comunitários que nunca conseguimos resolver. A prática de encher o carrinho ou as sacolas de compras vai se tornando uma terapia, a terapia de jogar o lixo para debaixo do tapete.

A quantidade de sacolas

E o que é o *consumismo*, então? A resposta poderia ser dada a partir dos exemplos acima, você não acha? Muitas vezes a Comunidade Religiosa precisa de um automóvel para realizar melhor a sua missão apostólica. Sem problemas! Todavia, será mesmo necessário que esse automóvel seja de luxo ou daquele modelo mais sofisticado? Do que é que realmente as nossas casas precisam para que todo mundo possa viver com um mínimo de conforto? Quais são os critérios que a gente usa na hora de comprar as coisas pessoais e/ou de casa? Quando o(a) Religioso(a) entra num supermercado, por exemplo, vai colocando no carrinho aquilo que é realmente necessário para viver ou simplesmente se deixa seduzir pela propaganda e adquire sem pestanejar as “novidades” que encontra nas prateleiras? E quando vamos ao *shopping*, qual é o brilho dos nossos olhos diante de suas luxuosas vitrines? De que forma reagimos diante das “liquidações” ou das “promoções”? Com quantas sacolas deixamos as lojas, afinal? Somos consumidores ou consumistas?

Mesmo que você diga que os critérios para se saber o que é necessário (*consumo*) e o que não é (*consumismo*) são critérios subjetivos, eu continuo sustentando o meu argumento principal. A VRC não precisa de tudo isso que a propaganda quer nos enfiar goela abaixo todos os dias. Mas talvez você queira me questionar dizendo que a autenticidade da

consagração Religiosa não está necessariamente relacionada com o fato de comprar ou deixar de comprar isso ou aquilo. Posso ser um(a) bom(boa) Religioso(a) e um(a) consumista “normal” ao mesmo tempo. Além disso, de repente você não admite que é um(a) consumista e fica inventando mil e uma desculpas toda vez que volta para casa com as sacolas cheias e o bolso vazio. E o pior cego, como diz o ditado, é aquele que não quer ver!

Dizer não é preciso

Será que eu tenho condições de entrar e sair de um *shopping* sem nada comprar? Posso olhar uma vitrine sem ser dominado/seduzido por ela? Um dia eu serei capaz de reduzir a quantidade das coisas que eu adquiro normalmente? É claro que nossos desejos materiais e nossas carências precisam ser satisfeitas, afinal não somos anjos. No entanto, essa satisfação não pode ser total e absoluta, mas deve conformar-se ao projeto de vida que assumimos enquanto pessoas consagradas. Enquanto Religioso(a), eu não sou obrigado a obedecer aos apelos do mundo; muito pelo contrário, devo me opor frontalmente a eles!

É fato que a VRC passa por uma grave crise, uma crise de identidade, mas, a meu ver, é também, e sobretudo, uma crise de credibilidade. Nossas palavras parecem não concordar muito bem com as nossas atitudes perante o mundo que está aí. Há Religioso(a) que sinceramente já não convence ninguém! Talvez nem ele(a) mesmo(a) esteja convencido(a) de sua consagração, e assim vive no mundo como se a ele pertencesse! Muitas vezes os valores do Evangelho nada mais são do que uma espécie de verniz ou de uma capa muito superficial. Por trás disso se esconde, quem sabe, uma pessoa consumista/materialista como outra qualquer. Existem criz ne8-11.-35(-14.7(s)-i)-11.5(1cT29.5(s)-9(1-4(o pe)4.5(l)6

matando o próprio sentido do testemunho evangélico nos tempos atuais. Então, se, apesar do voto de pobreza, o meu desejo (consciente ou inconsciente) é obedecer ao mundo, rendendo-me às estratégias do mundo capitalista/consumista, por que eu entrei na Vida Religiosa?

Andar na contramão

Não sou assim tão ingênuo a ponto de pensar que a relação entre VRC e *consumismo* seja algo muito simples de resolver. Trata-se de um conflito permanente e que vai crescer sempre mais. Não é uma onda passageira ou um modismo qualquer. Os(as) Religiosos(as), no seu diálogo com o mundo, devem encarar esse desafio todos os dias, tendo consciência dos riscos que ele apresenta. Não dá para fugir ou sair pela tangente, porque este é o mundo em que vivemos e ao qual somos enviados por Jesus. No entanto, o mandato do Senhor não é para que alimentemos ou reproduzamos os esquemas perversos deste mundo e sim para que sejamos sal e luz. É urgente, portanto, assumir com coragem profética o desafio de contrariar o mundo da forma como o capitalismo estabelece hoje. Não dá para conciliar o projeto de Jesus Cristo com o projeto desta sociedade capitalista/consumista. Se quisermos que a nossa consagração religiosa apareça aos olhos das pessoas hoje com um mínimo de coerência e que o nosso testemunho de vida seja o mais verdadeiro possível, temos forçosamente de andar na contramão do projeto do mundo. Disso depende, sem dúvida nenhuma, o resgate da própria credibilidade desta Vida Religiosa tão precariamente vivida por muitos de nós.

Deixo como sugestão alguns textos para oração individual e/ou comunitária sobre o tema:

- Mt 16,26; 19,16-26
- Mc 9,50; 12,41-44
- Lc 4,14-21; 11,33-36; 12,8-9.22-34

Discernimento vocacional junto às Juventudes no contexto atual

205

ARTIGOS

RUBENS NUNES DA MOTA, OFMCAP*

Este texto traz três pontos básicos para ajudar na reflexão sobre os desafios para o discernimento vocacional junto às Juventudes no contexto atual. O primeiro ponto fornece alguns elementos sobre o que compreendemos enquanto contexto atual, com seus prejuízos e possibilidades positivas; no segundo ponto percebemos as Juventudes nesses contextos e suas influências em relação à construção do projeto de vida; e no terceiro ponto veremos pistas para o discernimento vocacional a partir da cultura vocacional.

Contexto atual

É muito importante considerar a influência dos diversos contextos no discernimento vocacional, especialmente o social e familiar. Como terapeuta sistêmico, utilizarei o termo sistema, trazendo alguns aspectos que influenciam na formação do jovem. Nossa compreensão é de que somos frutos de um construto social, no qual influenciados e sofreremos influência de um conjunto de sistemas e seus contextos. Tendo a família como um sistema, podemos considerar como subsistema o casal (sistema conjugal), os filhos (sistema fraternal), a família nuclear e ampliada, onde a relação é essencial na constituição de cada pessoa, como parte da estrutura familiar. Essa compreensão é importante para a autopercepção, buscando conhecer as diversas influências que sofreremos desde a gestação, quando somos depositários de várias expectativas dos pais ou cuidadores em relação

* **Frei Rubens Nunes da Mota** pertence à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. **Endereço do autor:** SGAS Qd. 906, Conj. "D", Caixa Postal 417, CEP 70359-970, Brasília-DF. E-mail: freirubens@hotmail.com.

ao futuro que teremos. Tais expectativas podem influenciar em nosso futuro, nas decisões que tomaremos na busca por autonomia, por um projeto de vida.

Contudo, os reflexos do sistema familiar na vida de seus membros são influenciáveis por outros sistemas que transversalizam este sistema, tais como: condição social; político; econômico e religioso. Esses sistemas são complexos, pois são regidos por ideologias, regras e interesses. Uma das influências que muito afeta a opção vocacional na Vida Religiosa, que tem como objetivo os conselhos evangélicos (votos de pobreza, castidade e obediência), é o hedonista, que, do grego *hedone*, quer dizer “prazer”. O contexto atual acentua a busca pelo prazer como a essência da felicidade, exaltando o prazer como suprema norma moral. Essa centralidade na pessoa em busca de uma felicidade e satisfação, acima dos demais valores, afeta não somente o jovem, mas toda a sociedade, trazendo um contexto desfavorável de busca que passa pela estética, uma aparência superficial.

Soma-se a essa busca estética o desafio que implica na influência de um mundo globalizado e suas consequências. Essas influências configuram uma sociedade complexa que introduz novos elementos culturais, modificando rapidamente seus costumes, hábitos, valores, e com eles as opções vocacionais e projetos de vida. Todos que vivemos neste tempo sofremos forte influência do contexto mencionado, mas em especial as Juventudes, por serem *nativos* deste tempo geracional. Não abordarei os traços específicos dessas influências, mas sinalizarei que as chamadas gerações “Y” e “Z”¹ sofrem fortes impactos deste contexto cultural em seu processo formativo, *formatando*, muitas vezes, sua personalidade. Essa influência é positiva quando traz avanços na agilidade e inovação no campo tecnológico e abertura para as relações diante do novo, mas pode trazer prejuízos ao transmitir para as relações a *troca* de máquinas por pessoas e projetos na mesma velocidade, *deletando e excluindo*, sem medir as devidas consequências. Tal necessidade de mudanças reflete em certa instabilidade no projeto de vida.

1. Abordagem que trata das influências de cada geração em quatro períodos históricos: Geração *Baby Boomer* (“BB”), pós-Segunda Guerra Mundial; Geração “X”, décadas de 1960-1980; Geração “Y”, década de 1990; e Geração “Z”, século XXI.

A instabilidade vai desde o mundo do trabalho à vocação que implica na escolha por formar uma família ou ingressar em uma instituição religiosa. Sobre o trabalho, há influência negativa de um mercado nem sempre favorável ao jovem que busca seu primeiro emprego. Mesmo com esforço do programa do *primeiro* emprego no governo Lula, houve um baixíssimo resultado, sem grandes reflexos na vida das Juventudes. Essa ineficiência tem provocado medo no jovem para pensar em um projeto de vida ao enfrentar um mercado de trabalho, cada vez mais exigente, com pouca preparação e incentivo. Os dados revelados cotidianamente retratam um crescimento econômico que não atinge as Juventudes, principalmente as empobrecidas e excluídas. A situação socioeconômica expressa um quadro das desigualdades sociais entre os jovens brasileiros, indicando a urgência de programas específicos para esta população, no contexto de políticas públicas focadas no segmento juvenil.

Nesse contexto surgem desafios, tais como a depreciação que a Juventude sofre por ser compreendida como fase de preparação. Sendo vista como fase, surge outro problema, que é a desqualificação da pessoa e de suas propostas, ocorrendo o risco de ser instrumentalizada. Vista no singular, a Juventude sofre com a padronização e rotulação, justificando as expressões: “no meu tempo era assim...”, “grupo de jovens tem de ser assim...”. Compreender a diversidade de jovens, que há muito, tanto no meio eclesial quanto no secular, ajuda a entender a singularidade de cada grupo, de cada jovem, e sua opção vocacional.

Compreensão sobre Juventudes e algumas consequências do contexto atual

Não temos uma compreensão padrão sobre o termo Juventude, mas sim diversas formas de abordá-lo. Veremos duas dessas abordagens: a primeira terá o enfoque na dimensão cronológica do termo Juventude e a segunda diz respeito a uma concepção social que alonga tal fase para

benefício de uma parcela da sociedade. Após abordarmos as duas concepções que, a nosso ver, instrumentalizam a vida por interpretações que reduzem ao cronológico, veremos outra concepção, mais completa, assim cremos, que aponta para a construção social do jovem.

A primeira abordagem ou construção do termo Juventude, aqui apontada como fase do ciclo de vida, vem da compreensão talhada na década de 1950, que compreendia este público como uma fatia da população sem caracterização, suscitando a seguinte pergunta: quem são esses que não mais precisam dos cuidados familiares, mas não estão preparados para o mercado de trabalho? O contexto daquela época era de industrialização, logo é preciso compreender o que se pretende com a expressão “preparar para o mercado”. Aquela foi um período da vida em que a pessoa não era criança nem adolescente, não dependia de cuidados familiares, mas ainda não tinha habilidades suficientes para ingressar no mundo do trabalho e assumir responsabilidades (Souza, 2008). Assim, surge o termo Juventude como fase de preparação para o mercado de trabalho, sem a preocupação com o sujeito. Essa construção terminológica não mostra preocupação com o jovem enquanto pessoa, mas é um termo instrumentalizante, por ver a pessoa do jovem como fase, força para o trabalho, priorizando a necessidade do mercado. É incapaz de perceber a pessoa que pode ser protagonista do processo, não somente determinado pelo mercado.

Se fase é um termo pejorativo que tira o potencial e a beleza de uma grande etapa da vida, coisificando-a, outra definição, a segunda, nesta explicitação, menos taxativa, mas que não ajuda muito por não revelar todos os potenciais juvenis, é a baseada na dimensão cronológica. A Organização das Nações Unidas (ONU) define Juventude como um recorte temporal, ou seja, jovens são os que estão entre as idades de 15 a 24 anos (Abramovay, 2002; Souza, 2008). No Brasil, a questão cronológica é alargada, passando dos 24 para os 29 anos de idade, garantindo direitos adquiridos

e ampliando sua participação social, conforme proposta de emenda constitucional (PEC, 2010).

Diante do contexto de uma sociedade “juventudocêntrica”, que se autoatribui os valores juvenis, como beleza, alegria e vigor, mas delega aos jovens os limites e fragilidades sociais, como inconstância, irresponsabilidade e violência, é importante garantir, neste nosso período histórico, que jovem é somente quem tem até 29 anos, evitando, assim, o usufruto inconsequente do termo para estar na “moda” por parte do adulto/da sociedade, permitindo que o jovem seja jovem e o adulto assuma seu papel e sua identidade condizente. Essa confusão sobre a caracterização do que é Juventude mostra a tendência de querer fazer perdurar a Juventude, sem se dar conta dos prejuízos que essa postura traz para as Juventudes (Kehl, 2004; Souza, 2010; Carreteiro, 2010). Kehl (2004) corrobora essa reflexão ao criticar a sociedade atual por não assumir a fase adulta como referencial, pois, ao contrário, há uma negação não somente do ser adulto, mas da terceira idade, retardando essa etapa da vida. O termo utilizado pela autora para refletir sobre esse alargamento da Juventude é *sociedade elástica*, na qual há uma cronologia da Juventude para o período etário entre 18 e 40 anos, revelando que esta geração tem medo de envelhecer e encarar seus limites, pois não só burla a etapa cronológica da Juventude como busca se beneficiar do termo para ostentar a beleza jovial, omitindo-se como referencial capaz de testemunhar uma etapa madura da vida. Carreteiro (2010) explicita como a cultura compõe a transição entre as mudanças de fases colocando a adolescência como início da Juventude e depositária de muitas expectativas e projeções sociais, de um nível de magia cultuada e desejada por toda a sociedade. Esses estudos nos fazem perceber o desamparo sofrido pelos jovens mediante a postura “juventudocêntrica” de uma sociedade imatura, que deseja perpetuar a adolescência e a Juventude, negando a etapa adulta, fazendo com que os jovens fiquem sem referenciais, uma vez que todos querem continuar jovens (Carreteiro, 2001).

Tais abordagens – em que uma define Juventude como tempo cronológico enquanto outra a enclausura enquanto fase, negligenciando a pessoa – limitam a compreensão da história de vida dos jovens, visto que são construtores atrelados a interesses diversos. Assim, apresentamos a abordagem que enfoca a necessidade de perceber a pessoa que é compreendida em um processo de desenvolvimento, indo além do *cronos* e da fase, chegando ao nível de comprometimento de ajudar o jovem que precisa de apoio em seu desenvolvimento e respaldo para ter projetos e realizá-los.

Ampliemos essa abordagem, que nos parece mais favorável às Juventudes. Utilizando a perspectiva historicizante, capaz de garantir o papel do sujeito, na dinâmica social (Souza, 2010) é preferível estudar a Juventude como *grupo etário específico*, não reduzido a um único aspecto da realidade, mas constituído a partir das relações sociais. Essa perspectiva nos parece mais atrativa que as anteriores, pois valoriza a pessoa enquanto construtora social, alguém que interfere e sofre interferência do contexto social, diferentemente da construção social anterior, que aponta para uma *embriaguez identitária* capaz de dificultar e de dar o respaldo necessário para que o jovem construa seu projeto de vida.

A definição de Juventude é complexa, não sendo conceito de compreensão única, tampouco estática; ao contrário, exige mobilidade de acordo com as mudanças históricas que influenciam enormemente as gerações (Raitz; Petters, 2008). No entanto, para esta pesquisa, percebemos a necessidade de fazer opção por uma definição que possa nos ajudar no caminho que estamos percorrendo. É fato que a Juventude não pode ser compreendida e explicada se for isolada, deixada fora do contexto das relações sociais (Souza, 2010), pois este contexto revela uma realidade que indica a situação vivida pelo jovem que nela está inserido.

Sabendo que cada geração imprime sua marca própria, com elementos sociais complexos, uma vez que a sociedade é complexa (Raitz; Petters, 2008), queremos marcar este caminho com o termo Juventudes, que é utilizado por alguns

autores para expressar a diversidade do mundo juvenil (Souza, 2008; Mota, 2011). Mesmo que o termo Juventude fale de coletividade, compreendemos que existem várias coletividades, com peculiaridades que, se padronizadas, podem afastar-nos da real situação que queremos estudar. Diante da complexidade que envolve o processo de dependência química, e sua maior incidência no mundo juvenil, temos de explicitar de que “Juventude” estamos falando. O termo Juventude não dá conta, em nossa concepção, de retratar as particularidades existentes no mundo juvenil, pois falar de jovens que estão em situação de rua não é a mesma coisa que falar de jovem da classe média, Juventude estudantil, trabalhista e outras mais.

O contexto político-social nem sempre oferece oportunidades suficientes para que as Juventudes tenham um projeto de vida digno. Ao contrário, as exigências para o primeiro emprego e para a formação acadêmica são como um funil, expressando a exclusão e arrastando jovens para situações de exclusão (Koller, 2002; Sawaia, 2008). Queremos afirmar que o jovem é sujeito de direito, devendo ser percebido como pessoa, ou seja, com valores que podem ser verificados nesse período que é muito mais do que a idade, o *chronos*, reconhecendo-o dentro de um processo capaz de gerar projeto de vida. Essa reflexão pode ser mais animadora e projetiva do que a frase costumeiramente ouvida: “o jovem é o futuro, é o amanhã”. O que sabemos é que nesse *amanhã* ele poderá ser qualquer coisa, menos jovem.

O futuro depende do hoje, das buscas e oportunidades! Se valorizarmos a vida das Juventudes, se ajudarmos no discernimento com as implicações do tempo, se investirmos em seu protagonismo, o futuro melhor que sonhamos terá maiores condições de ser presentificado. Refletir sobre essas influências pode ajudar na compreensão de que o projeto de vida de cada jovem sofre reflexos do contexto no qual esta inserido. É preciso compreender esses contextos para sabermos como ajudar no discernimento e opção vocacional de quem nós propomos acompanhar.

Cultura vocacional e discernimento vocacional

Sonhar um futuro, um projeto de vida, considerando o contexto presente numa perspectiva que favoreça o discernimento e o acompanhamento vocacional, é o propósito deste terceiro ponto. Já constatamos que as influências do sistema afetam a pessoa, refletindo em suas opções e posturas diante das escolhas que vai fazendo. Agora tentaremos encontrar maneiras de aprender com este contexto para melhor compreender as influências dos tempos atuais no chamado vocacional.

Tentamos fazer uma leitura sobre as influências do contexto nas escolhas e perseverança vocacional tentando compreender o impacto das influências na construção da identidade da pessoa. Uma forma de perceber esse impacto é observando o nível de influência que se dá via dois eixos, a autopercepção e a heteropercepção. A base para a formação de nossa autoestima se dá diante do que concebemos sobre nós, as autorregras, pelos valores que formamos e pelas notícias que chegam a nós pelas pessoas com as quais convivemos. A autopercepção traz falas que revelam aspectos da imagem que a pessoa tem sobre si. A heteropercepção está ligada às expectativas familiares, religiosas e sociais que são levantadas acerca do que se espera dessa pessoa, no caso, do jovem.

Outra leitura que utilizaremos para compreender o que é assimilado da cultura (auto e heteroconceitos) será a cultura vocacional. A cultura é compreendida (Mota, 2011) como fruto da interação humana que tem pontos de encontro, ou seja, assimilação e inclusão nos costumes de um grupo. A cultura é o que se converte em sistema e tradição, sendo expressão da identidade de um povo. Tem valores subjetivo e objetivo que dão significado à sua vida. Não apenas através de repetições, mas deve ser motivacional sempre. É uma prática de vida que, mesmo tendo um método, é vivencial, não só dado teórico e comportamental, mas atenção à vida cotidiana.

A cultura vocacional segue essa mesma reflexão, pois implica nas crenças pessoais, as quais se convertem em patrimônio que pode ou não servir à comunidade e à sociedade. Para compreender a assimilação e inserção de um elemento religioso nos costumes, é preciso fazer uma leitura teológica da cultura. A teologia é um dos componentes da cultura vocacional que ajuda a compreender essa construção de valores que edificam verdades e projetos de vida. Uma *teologia vocacional* deve ser traduzida numa vivência concreta e que tenha estes elementos: a mentalidade afetiva e a práxis.

A mentalidade vocacional é a representação da imagem de Deus que a pessoa vai assimilando ao longo de sua vida. Cada pessoa expressa, nas relações, a imagem de Deus que acredita. Acreditar que a iniciativa do chamado vocacional é de Deus é uma verdade teológica (teologia vocacional – Mc 13,13-14), porém como interpreto este chamado contém um nível de influência do contexto e como vou assimilando as diversas propostas do sistema. É preciso saber discernir o que é de fato vocacional, ou seja, o que é chamado de Deus, enquanto inspiração divina, que se dá diante de um apelo concreto, e o que são contaminações da história pessoal, contexto que gera uma imagem religiosa de conveniência com uma busca pela felicidade e realização pessoal desvinculada do coletivo (hedonismo).

O termo vocação não fala exatamente de um projeto de vida, mas fala de Deus, de um Deus que chama para manifestar o seu amor. Essa imagem de Deus estará de acordo com a história da salvação se houver um interesse na vida, pois Deus quis compartilhar seu mistério, de revelar-se, sem enigma ou frieza, mas doando a própria vida em prol do(a) outro(a). A salvação e a redenção são pilares do mistério que envolve a vocação humana, sendo um convite à participação na causa social de forma ampla. Esse, a meu ver, foi o ponto focal da exposição de Cencini,² ao dizer que vocação não se reduz ao âmbito pessoal somente, mas é para solidarizar-se com as demais pessoas e fazer-se veículo que transmite a herança divina. Foi para isso que Deus fez o homem e a

2. No II Congresso Vocacional da Conferência Episcopal Latino-Americana em Costa Rica (Mota, 2011).

mulher à sua imagem, para serem capazes de protagonizar a salvação. Reduzir o projeto pessoal sem o aspecto missionário é infantilizar a *teologia vocacional*. Esse chamado é para participar da obra da redenção. Tal mistério vem ao encontro da história pessoal com seus limites e virtudes.

A espiritualidade cristã é essencialmente vocacional, pois leva à experiência de Deus. Essa experiência tem dupla dimensão, onde não só o ser humano faz experiência de Deus, mas também onde Deus faz sua experiência com cada ser humano. Tal vivência é uma teologia que leva a uma teofania, na qual Deus se revela e manifesta através da vivência por parte do vocacionado. A teopatia, que é o máximo da experiência de Deus, onde existe um sofrer em Deus, como Deus, e um sofrer para com aqueles(as) pelos(as) quais Deus sofre.

Considerações finais

Chegamos ao final desta reflexão com a preocupação de que se faz necessário tomar conhecimento das influências próprias do contexto que vivemos. O sistema econômico nos impõe um nível de troca de objetos que são transferidos para as relações e projetos. Já não troco somente de telefone, carro..., mas de propostas: não se namora, fica-se; deleta-se mensagens e pessoas. É preciso um olhar *teológico* sobre a cultura para perceber que o discernimento vocacional deve considerar essas realidades atuais da transitoriedade, fluidez e instabilidade, porém sem deixar os valores. Olhar *teológico*, nesse caso, é ter presente a iniciativa de Deus, que chama porque ama, considerando o valor do ser humano que se disponibiliza para uma resposta generosa e para se colocar a caminho no discipulado missionário.

Um dos grandes desafios que nos é proposto diante de um contexto de *fluidez* diz respeito à compreensão do chamado para um projeto de vida. Diante do transitório e das buscas, ficam questões como: o chamado é para um mesmo estilo de vida para sempre? Seria possível pensar em vocação

temporária? Casamento, Vida Consagrada e ordenação podem ser percebidos como tempos de experiência?

O que a *teologia vocacional* nos indica é que há uma liberdade para optar por uma vocação, mas não pode haver uma irresponsabilidade ou descompromisso que rompa com a experiência com quem chamou (Deus) e com a causa de seu Reino. Há um dinamismo que diz respeito às implicações vocacionais, tais como: a doação, a vivência fraterna na e para a comunidade, a dimensão social, entre outras.

O projeto vocacional é um projeto pascal, implicando em renúncias e discernimento diante dos sinais dos tempos. No discernimento, mais do que abandonar projetos, deve-se encontrar sentido nas perdas e adversidades que esse caminho contém, entendendo que a vida vale a pena quando doada. É um caminho que pede a compreensão do contexto, da história pessoal e do chamado, implicando em uma resposta vocacional generosa em vista da missão.

Referências

- ABRAMOVAY, M. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina; desafios para políticas públicas*. Brasília: Edições Unesco Brasil, 2002.
- ANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e sociedade; trabalho, educação, cultura participação*. São Paulo: Abramo, 2004. Cap. 5, p. 89-114.
- BRASIL – Secretaria-Geral da Presidência da República. *Projeto de Emenda Constitucional (PEC, 2010)*. Disponível em: <<http://www.portallajedo.com/JornalOEstudante/pec-da-juventude-aprovada-congresso-nacional>>. Acesso em: 29 abr. 2012.
- BRONFENBRENNER; MORRIS. In: TUDGE, Jonathan. *A teoria de Urie Bronfenbrenner; uma teoria contextualista*. Universidade da Carolina do Norte em Greensboro, EUA, 1998.
- CARRETEIRO, T. C. O. C. *Adolescências e experimentações possíveis*. In: MARRA, M. M.; COSTA, L. F. (org.). *Temas da clínica do adolescente e da família*. São Paulo: Summus Ágora, 2010.

- _____. Psicossociologia em exame. In: MACHADO, M. N. M et al. (org.). *Psicossociologia; análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- KEHL, M. R. A Juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; ANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e sociedade; trabalho, educação, cultura participação*. São Paulo: Abramo, 2004.
- KOLLER S. H. (org). Adolescentes em situação de rua. In: JEFFERY, M. L. (coord.). *Adolescência e psicologia; concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia/Ministério da Saúde, 2002. Cap. 12, p. 112-121.
- MOTA, Frei Rubens Nunes da. A trajetória de jovens em situação de rua usuários de *crack*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Católica de Brasília (UCB). Brasília, 2012.
- _____. *Juventudes; o exercício da aproximação*. 2. ed. Brasília: CRB Nacional, 2011.
- RAITZ, T. R.; PETTERS, L. C. F. *Novos desafios dos jovens na atualidade; trabalho, educação e família*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2008.
- SAWAIA, B. (org.). *As artimanhas da exclusão; análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SERREGNO, E. *Vida consagrada e pós modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- SILVA, Wilma Regina Alves da. *Tribos urbanas, você e eu; conversas com a juventude*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.
- SOUZA, R. D. História da juventude: Aspectos teóricos-metodológicos. In: DICK, H.; SILVA, L. R. (org.). *Visibilidades juvenis*. Goiânia: Casa da Juventude Pe. Burnier, 2010.
- SOUZA, R. M. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Paulus, 2008.
- VASCONCELLOS, M. J. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 2. ed. Belo Horizonte: Papyrus, 2003.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Relatório do desenvolvimento juvenil 2007*. Brasília: Unesco, 2007.
- ZAMPIERI, A. M. F. *Erotismo, sexualidade, casamento e infidelidade; sexualidade conjugal e prevenção do HIV e da Aids*. São Paulo: Editora Ágora, 2004.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Compreender a diversidade pode ajudar a aproximar da especificidade. Como compreendemos a diversidade das Juventudes e como acolhemos cada expressão desta realidade?
2. A realidade chamada de contexto atual ou de Pós-Modernidade traz consigo elementos transitórios que interferem na formação da personalidade e, conseqüentemente, na opção vocacional: como lidamos com a transitoriedade e como nossa proposta da Vida Religiosa pode ser atrativa neste contexto?
3. A *teologia vocacional* pode ajudar na compreensão do chamado de Deus nos contextos atuais. Quais são as principais possibilidades para se fazer o serviço de animação vocacional nesses contextos?

*Tradução: Ir. Heitor Pedro Scorzamazzon, fms, e Ir. Salvador Durante, fms.

BRUNO SECONDIN, OCARM**

** **Bruno Secondin**, carmelita, estudou em Roma, na Alemanha e em Jerusalém, e foi até 2010 o professor de Teologia Espiritual na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Está agora aposentado. Realiza seu trabalho pastoral em Roma, publicou 30 livros e está ativamente envolvido na elaboração da espiritualidade no novo eclesial e cultural. **Endereço do autor:** Borgo S. Angelo 15-00193 Roma.

1. Reconhece-o também o notável perito da história conciliar G. ROUTHIER: *Un Concilio per il XXI secolo. Il Vaticano II cinquant'anni dopo*. Milano: Vita e Pensiero, 2012. p. 3.

Vale a pena voltar ao Concílio? Pergunto-me também a mim mesmo. Talvez fosse mais original interceptar os filões principais da recepção, a leitura por vezes seletiva, outras vezes manipuladora ou de rejeição, ou a *bricolagem*, segundo pessoas e contextos. Como reler o Concílio sem pensar também como era central, então, o tema do diálogo com a cultura? E acontecia pela primeira vez na história dos concílios.

1. *Indícios de experiência*

Pertencço à geração que viu e viveu o Concílio diretamente, enquanto estudava Teologia em Roma. O acontecimento do Concílio com o seu contorno de espetáculo e de discussões, de celebrações teatrais e manobras táticas na composição dos seus textos, permanece verdadeiramente central na minha memória. Acontece uma vez só num século: e eu estive lá.

Mas para as novas gerações – penso em meus estudantes da Gregoriana e em tantos jovens hoje em formação nos Institutos religiosos – falar do Concílio é falar de arqueologia da Modernidade.¹ Para eles, é uma lembrança já fria, consideram tudo uma linguagem prolixa e complicada. Cansa seguir aquele pensamento e não entender verdadeiramente o contexto da vida de então, em que o evento e também os textos poderiam ser realmente audazes e libertadores.

Nós, sim, nos recordamos como era a Vida Consagrada naquele período e como se transformou profundamente: a seus olhos, as nossas recordações de estilos de vida lembram fábulas ou estranhezas absurdas.

Algo de semelhante nos parecia, na juventude, o Concílio de Trento. Objeto de aula de exegese histórica, de subtilezas interpretativas, que não causavam impacto sobre a realidade, memória que chegava como *sanção* sobre o presente, mas da qual sentíamos a distância. Aqueles tridentinos eram contextos totalmente diferentes dos nossos problemas eclesiais e experiências religiosas. Então nos aborrecíamos com Trento, agora os jovens se aborrecem com o Vaticano II.

Hoje, as discussões entre hermenêutica da ruptura e hermenêutica da continuidade ou da reforma não interessam aos jovens. A vida e a sensibilidade religiosa atual têm outros problemas para enfrentar e resolver. E discussões desse gênero, ainda que sejam sinal de uma nova “recepção” – como dizem os peritos, como G. Routhier – arriscam pôr ainda mais no sótão os próprios textos e, sobretudo, tornar ineficaz a releitura. Talvez seja mesmo essa conjunção entre os *horizontes de espera* (*Erwartungshorizonts*) nossos de então e aquela dos contemporâneos que poderia tornar fecunda uma releitura. Por isso uma releitura dinâmica, e não tanto uma exegese detalhada das linhas e dos termos: seria reencontrar o *estado de invenção* que tornava aqueles anos quentes e efervescentes para nos tornarmos novamente protagonistas habitando o presente caótico, mas fecundo.

Causa certo efeito, portanto, reler os textos do Vaticano II para quem, como eu, o viveu em pleno vigor da sua Vida Religiosa. Quando o Concílio terminava, eu era sacerdote havia cinco meses, mas já com alguns anos de profissão religiosa. E, portanto, no término do itinerário formativo institucional, enquanto me preparava para me especializar em teologia espiritual. As lembranças pessoais se misturam, por isso, com os outros passos oficiais dos documentos. E se entrecruzam também com a emoção de ter participado muitas vezes das sessões públicas, quando se podia assistir de perto ao evento.

Com essas recordações, e com essa sensação ou também nostalgia, pus-me a reler aquilo que o Concílio disse sobre a Vida Consagrada. Na verdade, ao reler os textos com juízo posterior – e depois de ter vivido tantas aventuras do *aggiornamento* –, não é que se encontram coisas muito audazes, exagerações imprudentes, utopias visionárias. Pelo contrário, há elementos claramente superados pelos tempos, afirmações retóricas bombásticas, um estilo ao mesmo tempo denso e às vezes superficial, uma arte demonstrativa que prefere desenvolver-se mais com frases bíblicas ou patrísticas de efeito do que com lógico estilo demonstrativo.

Mas existem também muitas *sementes* que o pós-Concílio transformou em grandes árvores: uma delas é a referência aos *dons* pelo nascimento das famílias religiosas, que depois cresceu na *teologia do carisma*. E também linguagens alusivas que o pós-Concílio transformou em linhas-mestras: uma delas, o léxico do “sinal” que se tornou aquele da *profecia* de modo explícito. E referências vitais, como a familiaridade com a Palavra, que se tornou verdadeiramente “pura e perene fonte da vida espiritual” (*Dei Verbum*, n. 21) na *lectio divina*, ou a chave hermenêutica da “cultura” que abriu o horizonte da *inculturação*. O mesmo horizonte eclesiológico de partida floresceu na espiritualidade de *comunhão* e de *fraternidade*. E assim por diante.²

Mas há também *árvores grandes* (na aparência) que se tornaram menores: por exemplo, os religiosos eram, em 1965, 329.799, e, em 2010, tornaram-se 206.308. As religiosas (todas, incluídas as monjas), em 1965, eram 961.264 e, em 2010, baixaram a 586.519. Trata-se de números, certamente, nem também chegam a dizer tudo: porque a média de idade dos religiosos elevou-se muito, por isso a situação é mais frágil ainda.³

2. Procurei recolher os êxitos principais nos meus livros: *Por uma fidelidade criativa. A vida consagrada depois do Sínodo*. São Paulo: Paulinas, 1997. *O perfume de Betânia*. São Paulo: CRB/Loyola, 1997. *Abitare gli orizzonti. Simboli, modelli e sfide della vita consacrata*. Milano: Paoline, 2002.

3. Retomo essas informações de A. PARDILLA: *Bilancio di quarantacinque anni della vita dei religiosi: 1965-2010. Commentarium pro Religiosis et Missionariis* 92 (2011) 377-415 – aqui, p. 399-403.

2. Os principais textos conciliares sobre Vida Consagrada

Foram dezesseis os documentos que o Concílio Vaticano II produziu.⁴ Um deles é dedicado explicitamente à *Accomodata renovatio* da Vida Religiosa, que é *Perfectae Caritatis*, promulgado quase pelo fim do Concílio (28 de outubro de 1965). No entanto, a constituição dogmática *Lumen Gentium* (21 de novembro de 1964) lhe dedica todo o capítulo VI (bastante breve: cinco parágrafos). A gênese desse capítulo tem uma história complicada e a sua própria colocação foi muito discutida (uni-lo ou separá-lo em relação à vocação universal à santidade, do capítulo V). Desses dois textos falaremos à parte, depois de um rápido reconhecimento do tema junto aos outros documentos conciliares.

Dos outros quatorze documentos pode-se dizer que falam disso (*i.e.*: da Vida Religiosa) de acordo com a ótica do tema que tratam. O único texto que não faz nenhum aceno aos religiosos é a declaração sobre o direito da pessoa e da comunidade à liberdade em matéria religiosa (*Dignitatis Humanae*). Entretanto, de fato, são mesmo os religiosos desde séculos, ao mesmo tempo, as vítimas das violências dos fanatismos e os ardentes promotores da liberdade nesse campo.

Para a liturgia, a constituição *Sacrosanctum Concilium* lhe faz algumas referências, não teológicas, mas de tipo prático e complementar, pedindo de vez em vez que aquilo que é dito em geral ou para a vida sacerdotal seja aplicado também à Vida Religiosa (formação litúrgica, revisão dos rituais, ofício divino, festas, música etc.). O mesmo método vale para os decretos sobre as Igrejas orientais (*Orientalium Ecclesiarum*), sobre a comunicação social (*Inter Mirifica*), sobre a formação sacerdotal (*Optatam Totius*), sobre a formação dos padres (*Presbyterorum Ordinis*), sobre a educação cristã nas universidades (*Gravissimum Educationis*), sobre o ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*) e sobre o diálogo inter-religioso (*Nosstra Aetate*). Não são referências de particular importância.

4. Não creio que seja oportuno carregar o texto com muitas notas. Envio, para uma informação essencial e enriquecida de bibliografia internacional, ao verbete “Vaticano II, Concílio”, do *Dizionario degli Istituti di Perfezione* (Roma: Paoline, 1997. v. 9, p. 1743-1774). Para *Lumen Gentium*, respeitável é o estudo de P. MOLINARI e P. GUMPEL *O capítulo VI “De religiosis” da constituição dogmática “Lumen Gentium”. Gênese e conteúdo doutrinal à luz dos documentos conciliares* (Milano: Ancora, 1985). Para o decreto *Perfectae Caritatis*, ver o volume de vários autores editado primeiramente na França e traduzido para o italiano *Il rinnovamento della vita religiosa*, a cargo de TILLARD e CONGAR (Firenze: Vallecchi, 1968).

Tem certa importância o que indica o decreto sobre o ofício pastoral dos bispos (*Christus Dominus*) acerca da presença dos religiosos no serviço da Igreja local, elemento de sempre e historicamente não desprovido de atritos. Não é por nada que saiu, depois, *Mutuae Relationes* (1978), e há tempo que se pensa em lhe fazer uma revisão oportuna. A evolução em curso nas dioceses acerca do estilo de programação e de coordenação por parte dos bispos conflita muitas vezes com a identidade e a missão dos religiosos. Mas é um problema de séculos...

Uma palavra sobre os textos de maior importância doutrinária. A constituição dogmática *Dei Verbum* tem só um aceno específico, no n. 25, em que se exorta todos os fiéis cristãos, especialmente os religiosos, de modo veemente e especial, a que, pela frequente leitura das divinas Escrituras, aprendam “a eminente ciência de Jesus Cristo’ (Fl 3,8)”. A famosa constituição pastoral *Gaudium et Spes* também ignora a vida dos religiosos e faz um aceno de todo casual quando fala dos bispos: “Com a sua vida e palavra, juntos com os religiosos e os seus fiéis, mostrem que a Igreja,...” (n. 43).

Pelo contrário, mais rico e específico é quanto diz o decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária. E tendo chegado à aprovação no fim do Concílio (7 de dezembro de 1965), pôde assimilar e partilhar os resultados precedentes e completar de certo modo quanto não tinha sido explicitado nos dois textos fundamentais, da *Lumen Gentium* e do *Perfectae Caritatis*. Não se deve esquecer também que naquele tempo o clero indígena não era muito numeroso, e as missões estavam praticamente nas mãos dos Institutos religiosos. Por isso, a relação com esses não podia ser descuidada.

Numerosas, na verdade, são as referências à Vida Religiosa de modo específico: o n. 18 é dedicado à promoção da Vida Religiosa desde a *plantatio ecclesiae*, nas suas várias formas, até mesmo aquelas monásticas e contemplativas, como sinal da verdadeira natureza da identidade cristã. E se acena também às tradições locais ascéticas e contemplativas preexistentes, que Deus semeou e “podem ser assumidas pela Vida Religiosa”.

No capítulo IV, sobre os missionários (n. 23-27), embora incluindo um pouco todos os protagonistas (sacerdotes, catequistas, religiosos, freiras, leigos), o discurso é logicamente com evidência dirigido aos Institutos religiosos. Aliás, é justamente nesse contexto que se usa o termo *carisma* também em referência aos Institutos missionários (única aplicação conciliar aos religiosos).

O capítulo seguinte, dedicado à organização missionária, estimula a presença da representação dos religiosos seja em *Propaganda Fide*, seja nos conselhos pastorais das dioceses. E almeja organização e coordenação dos Institutos – entre os quais primeiramente os Institutos religiosos – empenhados em atividades missionárias (n. 32-33). Por fim, deve ser recordado o n. 40, sobre o “dever missionário dos Institutos de perfeição”, já muito afirmado na história, e devem ser também incrementadas com novas tipologias de participação, “levando [...] uma vida acomodada às genuínas tradições religiosas dos povos”.

3. O capítulo VI da *Lumen Gentium*

A história da redação da constituição dogmática *Lumen Gentium* é complexa, como muitos sabem. E dentro dessa complicação está também a redação do capítulo VI, *De religiosis* (n. 43-47). Mas como já existem boas histórias desse tortuoso caminho do texto, não vale a pena alongarmo-nos.

Desde a primeira redação do esquema sobre a Igreja havia um capítulo (o V) intitulado *De statibus evangelicae acquirendae perfectionis*, e vinha depois do tratado sobre os leigos. Mas, no verão de 1963, a comissão teológica de coordenação remanejou todo o material e saiu uma nova redação do argumento como segunda parte do tratado sobre *De vocatione ad sanctitatem in Ecclesia*. Decisão que nem todos aceitaram facilmente: por parte dos religiosos, pela convicção de que a sua fisionomia deveria ter mais realce e autonomia; e por parte dos teólogos (especialmente alemães), porque queriam evitar identificar santidade e religiosos de maneira demasiadamente aproximada. A votação final do capítulo intitulado finalmente *De religiosis* se realizou em 18 de novembro de 1964, com 2114 *placet* e doze *non placet*. Três dias depois, em

21 de novembro de 1964, toda a constituição dogmática *Lumen Gentium* foi aprovada em bloco e logo promulgada por Paulo VI.

3.1. A teologia do capítulo VI, em grandes linhas

De forma muito sintética e em grandes linhas, o pensamento eclesiológico é o seguinte:

3.1.1. *Na estrutura “carismática” da Igreja:* parte-se do princípio eclesiológico, pelo qual, na estrutura hierárquica da Igreja, a Vida Religiosa não tem lugar, enquanto a distinção é somente entre hierarquia e leigos (clérigos e não clérigos) e não existe, portanto, conforme o Vaticano II, um estado intermédio (LG, n. 43). Pelo contrário, na estrutura que deriva da diversidade de dons e, portanto, na estrutura *carismática ou pneumática*, que também existe por vontade divina na Igreja, a Vida Religiosa é elemento típico e que não se pode eliminar: “[...] o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, está contudo inabalavelmente ligado à sua vida e santidade” (LG, n. 44).

A frase se presta a múltiplas interpretações também: porque para muitos esse âmbito da “vida e santidade” aparece demasiadamente flexível e líquido, e leva a considerar não indispensável a Vida Religiosa pela forma *sólida* da Igreja. E hoje esse princípio da dúplice estrutura da Igreja é quase monopolizado – digo na teologia de média qualidade – pelos movimentos eclesiais, porque frequentemente a essa se referem para o próprio autorreconhecimento. Com o risco de relegar (implicitamente) a própria Vida Religiosa entre as estruturas *rígidas* e pouco carismáticas, ou pelo menos entre as realidades “obsoletas” e em dissolução...

3.1.2. *No horizonte do chamado universal à santidade:* num primeiro momento, o tratado sobre a Vida Religiosa (entendido tomisticamente como *estado de perfeição a ser adquirido*) era a parte complementar do chamado universal à santidade. Mas depois se separou exatamente para não confundir

o princípio geral com o modelo religioso, como se fosse o *analogatum princeps*. A santidade é substancialmente una, enquanto união com Deus e perfeição da caridade. E todos os cristãos devem cultivá-la, a partir da raiz batismal, em perspectivas evangélicas e cristocêntricas, pneumatológicas e eclesiológicas: “É, pois, claro a todos, que os cristãos de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade” (LG, n. 40).

Esclarecido esse princípio, a diversificação se manifesta através das vias e dos meios que, por inspiração do Espírito, são assumidos. E entre esses elementos de diferenciação o Concílio põe antes de tudo o *martírio* e depois a *virgindade* (LG, n. 42) como expressões de um *amor* radical. Daqui se passa ao princípio das graças livremente dadas por Deus, a um “dom da graça divina que o Pai concede a alguns” (LG, n. 42). A resposta ao dom pode tornar-se visível para alguns na conduta empenhada e publicamente expressa, segundo as exigências indicadas pelos *conselhos evangélicos* de radicalidade. Tal realização assume também – mas não para todos – a identidade de uma “peculiar e mais íntima consagração” a Deus e a seu serviço, na conformação radical a Cristo, unido à sua esposa Igreja (cf. LG, n. 44).

3.1.3. Nova e especial consagração: trata-se, pois, em expressões muito densas, de: uma origem pneumatológica (o *carisma*, mas não no sentido restrito), que plasma vontade e existência em densidade teocêntrica (a *consagração*) e cristocêntrica (a *sequela Christi* [seguimento de Jesus]) para o bem da Igreja e a plenitude da sua própria identidade, em vista do *Reino* (*escatologia*). Uma expropriação radical solicitada por Deus (*consagração feita por Deus*, foi explicitamente reforçada pela comissão teológica), para um amor e um serviço a Deus mais íntimo, mais livre, mais carregado de visibilidade e profecia (*senal*) da mesma essência da existência cristã. Fenomenológica e teologicamente, isso se evidencia em múltiplas direções, como diz com muitas comparações e superlativos a LG, n. 44. Hoje essas comparações deixam-nos um tanto perplexos, também porque acompanhadas pelo vocabulário análogo: *specialis, peculiaris, singularis* etc.

O fato é que vem reforçada a ligação indestrutível com a dignidade e o compromisso *batisimal*, comum a todos; o paradigma da *sequela Christi* generosa e explícita, dando forma visível à imitação e identificação com os gestos, o estilo e as palavras do Mestre; a condução do *Espírito*, que, com os seus *dons*, suscita novos meios de evangelização e novos modelos de vida evangélica como resposta aos desafios dos tempos; a perspectiva última do *Reino* aguardado, mesmo se apelada de modo não incisivo: mostram que a atração para a “normalidade” é forte, apesar dos comparativos difundidos (chamada *teologia do “magis”*).

3.1.4. *Sinal que atrai*: da realidade teologal em que se radica essa *existência cristã* deriva, segundo o Concílio, a força e a qualidade do ser *signum*. Também sobre esse vocábulo não faltaram discussões. Porque ser *signum* não pode ser em si mesmo absolutizado, como se os outros estados ou formas de vida não o fossem ou não tivessem também um papel específico de *signum*, diverso e próprio. Cada um na sua resposta existencial à graça dada pelo Espírito – em qualquer situação existencial e eclesial – tem seu modo específico de ser *signum* de existência cristã paradigmática. Por isso *Vita Consecrata*, n. 31, introduz a definição de *vocações paradigmáticas* para corrigir o risco de uma polarização que impede uma eclesiologia multirrelacional.

Mas certamente há uma certa “excedência” [excesso] (melhor que *objetiva excelência* de *VC*, n. 32) teologal, eclesiológica e fenomenológica nessa Vida Religiosa, de qualquer maneira que se queira indicá-la. Somente para dar algum exemplo:

- pela aproximação mais tematizada ao Evangelho e à radicalidade proposta por Jesus com as palavras e a vida, e nos “conselhos” de radicalidade, que são “múltiplos” (cf. *LG*, n. 42);
- pela capacidade sistemática e estruturada de dar relevo às exigências típicas de um serviço explícito ao Reino,

através do primado de Deus na oração e na vida em fraternidade corresponsável;

- pela ênfase sobre a esperança com a *castidade* pelo Reino e o discernimento corresponsável sobre os projetos de Deus pela salvação do mundo;
- pelo estilo de solidariedade por meio da comunhão dos bens, da sobriedade e austeridade da vida, a diaconia aos mais fracos, a função profética e transformadora do viver;
- pelo espírito empreendedor, a criatividade e a inventividade nas iniciativas tanto de diaconia quanto de espiritualidade...

Por tudo isso e muito mais, os padres conciliares acharam oportuno recordar a importância e “a grandeza” da Vida Religiosa para o bem de toda a Igreja (cf. *LG*, n. 46), como também reforçar a oportunidade e o benefício de um interesse coletivo da hierarquia, “dócil à moção do Espírito Santo” (*LG*, n. 45).

3.2. Para uma avaliação

Certamente foi uma grande novidade ter reconduzido a Vida Religiosa para o álveo da vocação universal à santidade. Isso, para alguns talvez, enfraqueceu a sua *peculiaridade* em relação à tradição, e certamente tornou obsoleta e imprópria a terminologia de *estado de perfeição* (a ser adquirida). Mas, pelo contrário, possibilitou a todos uma transposição de certos elementos típicos e monopolizados: o seguimento e os conselhos de radicalidade, as mediações eclesiais (Palavra, sacerdócio, fraternidade, testemunho, profecia, missão...), agir virtuoso, epifania do *ágape* etc.

Mas certas insistências ainda vivas sobre o “peculiar” e o “especial”, que caracterizariam essa forma de vida, mostram a dificuldade em pensar a Igreja a partir da *unidade* de todos, em vez da *diferença* por classes. Talvez algumas de nossas “soberbas” antigas hoje transmigraram junto a outros protagonistas eclesiais neomísticos e neocatecumenais...

Fez escola de maneira decisiva essa recolocação dentro da Igreja e a partir da Igreja: mesmo se séculos de diferença e de separação não se cancelam num instante. No imaginário não só do povo, mas também da própria hierarquia, certos critérios de diferença e de diversidade não só permanecem por automatismo mental, mas são convicções que, amiúde, não facilitam a reciprocidade na edificação da Igreja e no testemunho pelo Reino.

Entretanto, falta globalmente, na identidade descrita pela *Lumen Gentium*, uma relação clara com a Igreja local e particular, motivo por que a eclesiologia parece voar no abstrato. Melhor evidencia isso o decreto *Ad Gentes*, como indicamos.

O léxico dos comparativos, indício de uma mentalidade perfeccionista, e uma certa tonalidade tranquilizadora, exortatória, e não raro exaltadora, criam problema para nossa sensibilidade hoje. Poderia manter viva e favorecer a sensação de uma pista preferencial, de uma *elite* dentro da Igreja, de uma excelência que distingue. É fácil, então, a aproximação com a convicção de uma *superioridade objetiva*, que não seria coerente com o texto conciliar.

A aquisição maior e carregada de consequências no pós-Concílio é a terminologia da *consagração*: sem relevo no primeiro esquema, mas do segundo em diante sempre mais consolidada e explicitada como “consagração mediante os conselhos evangélicos” assumidos com votos. Essa deve ser entendida como “novo e peculiar título” com o qual a consagração batismal é vivida, tornada mais eficaz e visível. Permanece não totalmente especificado no texto o que é “consecratio a Deo” (mesmo se a comissão teológica o tenha explicado), e o sentido da *perfectior consecratio* (cf. *LG*, n. 44) suscita perplexidade. Por parte de Deus não pode ser mais perfeita, então o é por parte do homem, com um coração indiviso ou com uma modalidade mais estável de laços com os quais são assumidos os conselhos? “A consagração refere-se a uma realidade teologal maior e mais profunda de quanto os vínculos possam traduzir”, comenta Recchi,

procurando focalizar a natureza da consagração em relação com os elementos constitutivos.⁵

Apesar de agora ter-se tornado título fixo a terminologia *Vida Consagrada*, e a sua constelação, ainda há aspectos a serem esclarecidos e riscos de “sacralização” excessiva.⁶

4. O decreto *Perfectae Caritatis*

Chegado à conclusão um ano depois da *Lumen Gentium*, o decreto *De accomodata renovatione Vitae Religiosae* (28 de outubro de 1965) pôde evitar a repetição da doutrina teológica e eclesiológica, mas intencionalmente também evitou, sobre alguns pontos, as lacunas da *Lumen Gentium*, com uma linguagem mais concreta e referências específicas à realidade da Vida Religiosa.

A história da redação é complicada (teve pelo menos sete redações), também porque partiu-se de uma colocação prevalentemente perfeccionista e jurídica, e o esboço do esquema era muito extenso, sob o título geral *De statibus perfectionis acquirendae*. Reduzido drasticamente ao cerne, o conteúdo, na sua sexta redação, foi discutido por alguns dias pelos padres conciliares em novembro de 1964, e chegaram quatorze mil propostas de emendas, depois resumidas em 594(!). Finalmente, a sétima reformulação chegou à aula conciliar no início de outubro de 1965 e, depois de poucas emendas, foi votado definitivamente em 28 de outubro de 1965, com 2.321 *placet* contra quatro *non placet*.

O título final unia *renovatio* e *accomodatio*, antes separadas por um *et*. Na realidade, era a tradução latina do italiano *aggiornamento*, cujo sentido se encontra no início do n. 2: “A conveniente renovação da Vida Religiosa compreende não só um contínuo regresso às fontes de toda a vida cristã e à genuína inspiração dos Institutos mas também a sua adaptação às novas condições dos tempos”. O decreto se divide em duas partes: os princípios gerais da renovação (1-15a) e as aplicações práticas (15b-24). Foi logo promulgado pelo Papa Paulo VI.

5. RECCHI, S. *Consacrazione mediante i consigli. Dal concilio al código*. Milano: Ancora, 1988.

6. Levantei essas perplexidades e pedi uma interpretação mais refinada e vigiada no estudo “La consacrazione: frequenza – significati – prospettive”, in: AA. VV. *L'identità dei consacrati nella missione della Chiesa e il loro rapporto con il mondo* (Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1994. p. 13-46).

4.1. Princípios da renovação (PC, n. 1-15a)

Certamente não temos uma doutrina totalmente nova, se observarmos com os olhos e a sabedoria dos decênios sucessivos. Todavia, alguns elementos foram objetivamente capazes de imprimir uma nova orientação prática e também espiritual à Vida Religiosa. O primeiro parágrafo serve de traço de união com *Lumen Gentium* e dela retoma o conceito de *signum* e de radicação na *sequela Christi*. E o próprio início, *Perfectae caritatis*, reorienta o clássico *status perfectionis* de maneira teologal, logo depois cristocêntrica, em perspectiva mais específica e com uma insistência interessante ligando-o com a prática dos conselhos evangélicos. Vejamos os elementos principais:

4.1.1. *Originada por um impulso/dom*: na introdução não se nomeia o carisma explicitamente, mas se usa o léxico do *dom* e do *impulso* do Espírito, retomando nas citações o fundo paulino. Acena-se, como já fizera LG, n. 43, ao surgimento histórico e ao desenvolvimento de famílias e variedades de comunidades religiosas em benefício da beleza da Igreja e da epifania da oblação a Cristo. Essa historização da existência da Vida Religiosa, mais que pelo aspecto fenomenológico, vale pela relação estreita entre a atividade eclesial do Espírito sempre inovadora e o aparecimento e a consolidação das várias tipologias e comunidades.

Não é, pois, uma gênese puramente funcional e contingente, mas uma natureza carismática e dinâmica da própria Vida Religiosa. É causada pela imprevisibilidade do Espírito, deve ser acolhida e protegida, tornando-a estavelmente inserida e sustentada, em obediência ao mesmo Espírito. Na verdade, a obediência ao Espírito era mais explícita em LG, n. 43. A referência à palavra “carisma” nem mesmo aqui é explicitada plenamente, mas nas intervenções de vários padres conciliares já havia esse léxico (cf. Kleiner, Sol), que aparecerá explícito um mês depois em *Ad Gentes* (n. 23).

J. M. R. Tillard, num seu famoso comentário,⁷ evidencia algumas fragilidades (ou insuficiências) desse parágrafo: o princípio pneumatológico orientado só ao passado, ao passo

7. TILLARD, J. M. R. Le grandi leggi del rinnovamento. In: *Il rinnovamento della vita religiosa*. Firenze: Vallecchi, 1968. p. 77-80 (63-133).

que é imprevisibilidade permanente, sempre age também no futuro, com novas inspirações. Daqui a motivação fundada para um *aggiornamento* permanente, e não contingente, da Vida Religiosa. Porque o Espírito é o protagonista da sua fidelidade e por isso se exigiria um estatuto aberto. A referência aos “primeiros tempos da Igreja” (alusão à *comunidade primitiva*) implica – mais que um modelo estático – um paradigma aberto capaz de superar sempre de novo as escleroses sacralizadas, para fazer parte da história com criatividade. A referência à “profissão dos conselhos evangélicos” compreendidos logo depois no esquema da tríade clássica (pela qual se descreve também Jesus “virgem, pobre e obediente”) é historicamente inexata e reduzida. Nas origens, a perspectiva era mais global, e a tríade clássica surgiu “normativa” somente em torno do século XIII.

4.1.2. *Princípios de renovação*: essa seção é o núcleo vivo que provocou e guiou todo o grande trabalho do *aggiornamento*. Em primeiro lugar vem a centralidade da *sequela Christi*, que não é somente um entre os cinco critérios de referência, mas tem o primado sobre todos e julga todos os outros. Não uma *sequela* de qualquer maneira, mas à luz do Evangelho. E aqui se abriria um panorama complexo: muitas linguagens sobre cristocentrismo da Vida Religiosa são influenciadas (ainda hoje) por cristologias velhas e estáticas (ligadas ao *ethos* cultural do nascimento dos Institutos) e já não são legítimas. Exatamente sobre esse ponto o *aggiornamento* tem ainda muito a realizar e a purificar, para enriquecer-se e tornar-se *sequela Christi* na contemporaneidade da consciência “cristológica” da Igreja.⁸

Os outros critérios-guia são: o retorno às intenções carismáticas de origem, a sintonia com a Igreja e a sua fé a caminho, a atenção ao mundo contemporâneo nas suas várias transformações sociais e culturais. Cada um desses critérios é expresso em terminologias vagas, que depois, porém, o desenvolvimento da renovação concretizou de maneira muito mais específica e também com aportes muitas vezes originais e perturbadores. O quinto critério parece

8. Apenas para ter uma ideia da fecundidade surpreendente, ver a resenha de B. SESBOÜÉ *Les “trente glorieuses” de la christologie (1968-2000)* (Bruxelles, Lessius, 2012).

aquele que mais levavam a peito os redatores, porque vem retomado ainda mais adiante nos n. 5-6: isto é, aquele da dimensão interior e da “renovação espiritual, ao qual cabe sempre o primeiro lugar também nas obras externas de apostolado” (PC, n. 2).

4.1.3. *Duas joias mal colocadas*: estranhamente, o belo conteúdo dos n. 5-6, que entre si parecem às vezes se entrelaçarem, aparece aqui quase fora do lugar: vem depois uma indicação prática sobre a consulta de todos. De fato, o conteúdo dos números 5-6 está em consonância com o primeiro parágrafo, ou, de qualquer maneira, poderia ser também uma ampliação do quinto critério-guia da renovação. Nele encontramos elementos inspiradores que efetivamente fecundaram o *aggiornamento* nos seus melhores frutos: colocados assim entre os autores (todos) da renovação e as diferentes tipologias, parecem restringir-se somente à vida espiritual pessoal.

Já a primeira afirmação sobre a raiz batismal, que tende a exprimir-se “com maior plenitude” na especial consagração dos religiosos, em perspectiva cristológica e eclesial, é uma pedra estável que não se deve perder de vista. E o primado da caridade, da escuta da Palavra e da oração, do n. 6, completa essa visão de uma existência que é radicada no *ágape* de Deus, e a alimenta na Igreja para o bem do Reino que vem. Toda a tradição espiritual até este momento estava carregada de devoções e ritualismos, e fazia da Escritura e da liturgia somente uma mina de boas ações. Assim, agora é arquivada, para uma regeneração profunda, que ainda não acabou em tudo: centralidade da Palavra e da liturgia já são fatos consumados, embora ainda se devam aperfeiçoar.

4.1.4. *A vida fraterna em comum*: esse tema e o seu conteúdo (n. 15a), como bem nota Tillard, teria sido melhor colocá-lo logo depois do n. 6, porque é evidente explicitação dele, na perspectiva da comunidade. O seu conteúdo tem uma densidade teológica que bem explicita “a qualidade misteriosa do próprio ser comunidade”. Delineia-se como tradução em elementos humanos e visíveis, atos, e ritmos, e estilos, da

koinonia trinitária, como uma epifania do próprio mistério que está no seio da Igreja. Não só é um dos pontos vértices da Vida Religiosa, segundo o Concílio, mas será também uma das perspectivas que se desenvolverá muito nos decênios sucessivos, como demonstram a instrução *A Vida Fraterna em Comunidade* e depois *Vita Consecrata* na parte central (cap. II).

Interessante destacar que o modelo clássico dos Atos dos Apóstolos vem citado, mas englobando-o numa rede de implicações teológicas, tomadas também de outros modelos neotestamentários de comunidade (paulino, mateano e joanino). Isso permite abrir-se à pluralidade fecunda vivida pelas vicissitudes exploratórias da Igreja primitiva, superando a concentração um pouco romântica sobre a Igreja de Jerusalém.

A segunda parte do parágrafo desce a indicações concretas para introduzir uma igualdade mais efetiva entre todos os membros dentro das comunidades (mosteiros, irmãs, Institutos) em nome de um mais íntimo “vínculo da fraternidade entre os religiosos”. E se passa, assim, à segunda parte, que tem preocupações mais práticas e disciplinares, embora não faltem implicações de princípio.

4.1.5. As diversas tipologias e os votos: não entremos em demasiados detalhes neste âmbito, mas notemos que o Concílio, mesmo entre discussões e pressões, tinha conseguido individualizar uma série de diferentes tipologias, como características das diversas formas de Vida Religiosa: Institutos contemplativos, apostólicos, monásticos e conventuais, leigos, seculares (PC, n. 7-11). Variedade que certamente naquele momento chegava carregada de história e de protagonismo específico e evidente. Hoje a classificação (no código) se restringiu a duas grandes categorias prevalentes: Vida Contemplativa e Vida Apostólica. Vantajosa distinção para economizar nas diversidades, mas também arriscado nivelamento que ainda não convenceu a todos, como bem sabemos pelos atritos que existem: por exemplo, nos Institutos mistos, na concessão da *laicidade*, na identidade dos

próprios Institutos seculares e das sociedades de Vida Apostólica. Inquietação à qual se juntam novos grupos, que não entram facilmente nas categorias estandardizadas. Esses estão procurando tematizar a própria identidade original, explorando percursos novos de modelos, de nomes e também de referência curial...

Com referência aos *votos* (PC, n. 12-14), a ordem tradicional dava prioridade ora à pobreza, ora à obediência, também sobre a base de uma teologia, por exemplo, da renúncia e da “vita crucifixa”. Segundo *Lumen Gentium*, a ordem foi inovada pondo em sequência castidade, pobreza, obediência. E aqui é retomada, exatamente em coerência com aquela escolha (nem todos estão convencidos disso). Mas o que talvez seja novo é que, junto com motivações e sugestões teológicas e cristocêntricas, é esclarecido também um certo senso de percursos terapêuticos e humanizantes nesse estilo de vida. E isso desfaz toda uma literatura “ascética” e “mortificadora” precedente.

Será uma interpretação que continuará a desenvolver novas aplicações e implicações. Até as afirmações de *Vita Consecrata*, que, numa perspectiva de “profundo significado antropológico”, afirma: “[...] a opção por estes conselhos, longe de constituir um empobrecimento de valores autenticamente humanos, revela-se antes como uma transfiguração dos mesmos. [...] uma ‘terapia espiritual’ para a humanidade, [...]” (n. 87). E desse ângulo de valor a exortação de fato desenvolve a apresentação dos três votos e da vida fraterna como uma proposta alternativa e provocadora, “autenticamente liberadora”: é um modelo contracultural perante a cultura do hedonismo exasperado, da possessão ávida, da autonomia absolutizada e do individualismo sem partilha (cf. VC, n. 88-92).

4.1.6. *As indicações práticas e disciplinadoras*: uma dezena de números que tratam sucessivamente da abolição das classes, da clausura das monjas, da formação, da fundação de novos Institutos, das obras apostólicas, dos Institutos em decadência ou em extinção, das conferências dos superiores e,

por fim, das vocações. São todos âmbitos sobre o quais nos anos sucessivos as intervenções da Cúria se tornaram claras e detalhadas com diretivas específicas, mas também como orientações cada vez mais apropriadas e adaptadas à evolução das experiências e ao desafio das emergências. Mas não trataremos disso.

5. Resultados evidentes e percursos abertos

Havia chegado ao Concílio uma longa e respeitável tradição que considerava a Vida Religiosa na perspectiva de “estado de perfeição”, com uma halo de objetiva superioridade em relação ao matrimônio e em relação à vida “segundo os preceitos”. Entretanto, dentro do Concílio predominava uma nova mentalidade, que, além de refutar a concessão de estado de perfeição, insistia em negar qualquer substancial diferença entre os cristãos. Por isso, aquilo que por séculos tinha sido monopólio dos religiosos devia, pelo contrário, considerar-se elemento que engajava a todos: seguimento, conselhos, primado do Reino, radicalismo, bem-aventuranças etc.

5.1. Uma aquisição que no início da aplicação do Concílio tinha muito influxo, mas depois se enfraqueceu, foi o *paradigma de estilo* do Concílio: não uma discussão, entre peritos, de grandes teorias, uma batalha para reforçar eternos princípios contra o relativismo, mas um método dialógico, a partir dos *sinais dos tempos*, para elaborar respostas e interpretações não apriorísticas. É uma lição que se está reavaliando, mesmo se perdemos a habilidade e a coragem dos padres conciliares: o texto *Lineamenta* do último Sínodo tinha colocado exatamente sobre o discernimento dos *novos cenários* a via prévia para uma estratégia adequada para a nova evangelização. Era algo que retomava o estilo do Concílio, mas ao Sínodo faltou a coragem e a coerência para insistir sobre aquela via de modo decisivo.

5.2. Uma das aquisições mais evidentes foi a *consagração*: sem usar explicitamente o título oficial de *Vida Consagrada*

nos seus textos, o Concílio colocou, porém, as premissas – não sem deficiências e com evidentes traços de mentalidade perfeccionista e elitista – para que se tornasse o título oficial, como depois aconteceu. Restam, ainda, ambiguidades no conceito de *consagração*, também porque essa expressão não pertencia antes à Vida Religiosa em geral (mas somente a algumas situações pessoais). Agora, tê-la aplicado como guarda-chuva para todos não elimina a necessidade de continuar a aperfeiçoar o seu sentido e também as implicações do seu uso. Facilmente se cai na esfera da “sacralização”: o que não é exatamente o sentido correto, nem bíblica nem teologicamente.

E também o realce (da comissão, retomado de bom grado por alguns teólogos) da *consagração feita por Deus* não foi mais repetido em todos os documentos conciliares posteriores. Sinal de alguma perplexidade. Certamente há muitos “fragmentos” na doutrina conciliar, que depois, na recepção, tiveram um desenvolvimento e também uma justificação teológica, então impensável.

5.3. Uma outra aquisição certa foi a recuperação do *cris-tocentrismo* em termos bíblicos mais apropriados: com o desenvolvimento já maduro da perspectiva da *sequela Christi*, e com a recuperação dos desenvolvimentos teológicos do tema particularmente originais nos últimos decênios. O filtro interpretativo e seletivo da cristologia dos fundadores foi quebrado, favorecendo uma genuína cristologia bíblica e existencial. Esse processo facilitaria hoje também a inserção no canteiro da *nova evangelização*, que impõe um cristocentrismo não vago nem devocional, mas robusto e aberto ao universal.

5.4. Em conexão com o cristocentrismo, é preciso recordar também o retorno do *primado da Palavra de Deus* como fonte primária da vida espiritual: não se trata somente do belo florescimento da *lectio divina* ou *leitura orante* (na variedade dos métodos e dos estilos), mas também de uma presença penetrante em todos os elementos típicos e de valor da Vida Religiosa. A Bíblia não é mais uma *mina de pedras*

para construir *devotos templetes* pessoais, mas está se tornando matriz de escolhas carismáticas e critério de discernimento nas situações complexas. Nisso, personagens como o Cardeal Martini, ou figuras monásticas como E. Bianchi, ou também A. Grün, ensinaram muito com as suas publicações e meditações.

Entretanto, uma verdadeira *recepção* do Concílio na Vida Consagrada não se pode limitar aos textos explícitos do Concílio. Os grandes principais inspiradores e orientadores que de fato foram capazes de transformar a vida cristã de maneira verdadeiramente nova valem também para a Vida Consagrada. Por exemplo: a volta da centralidade da Palavra de Deus e da liturgia, a leitura aberta dos sinais dos tempos e o estilo dialogante com o mundo, a corresponsabilidade eclesial de todos, a opção preferencial pelos pobres, o novo sentir social, que passa primeiramente através da secularização e depois através do retorno do sagrado. A mudança do papado com João Paulo II (1978–2005) também incidiu seja no estilo, seja nas preocupações e nos projetos do ser Igreja nessa história.

6. *Novidade em crescimento*

O elenco das novidades seria infinito. Trata-se de desenvolvimentos, a partir da perspectiva conciliar, mas que alargaram os horizontes da Vida Consagrada e os seus temas de maneira antes desconhecida.

Por exemplo: o *carisma* e a sua constelação a partir do *dom do Espírito* e através dos capítulos sobre o carisma da Vida Religiosa, carisma do Instituto, carisma do fundador, até as questões da “transmissão” de um carisma e da hermenêutica apropriada para a reinterpretação.

A dimensão *profética* a partir do esboço conciliar do *sinal*, mas referente à escola da escuta da Palavra, posta em relação com os sinais dos tempos e a tarefa de denunciar, anunciar, interceder, explorar, o que é típico do profeta.

A *refundação* como êxito radical do retorno às intenções dos fundadores, mas aprendendo e exercitando a arte da atenção

aos novos contextos para elaborar respostas e processos não apriorísticos, mas de resposta coerente e libertadora.

A passagem da vida de comunidade como rígida e disciplinar observância – a clássica “observância regular”, já quase desaparecida – à *fraternidade* com todos os seus matizes, mas também com a colaboração da dinâmica de grupo, da espiritualidade de comunhão, da convivência das diversidades.

Os tímidos acenos de *Perfectae Caritatis* à colaboração entre Institutos tornou-se uma grande escola de intercongregacionalidade, para a formação, para as atualizações, para assumir obras em corresponsabilidade, mostrando capacidade e inventiva nesse campo, sem esperar diretivas do alto.

A centralidade da *Eucaristia* e da *liturgia* em perspectiva *teologal*, superando séculos de devocionismo acumulativo e abrindo a estrada para uma criatividade paralisada há séculos.

A *santidade* não como esforço ascético e difícil, mas como plenitude do ágape e percurso eclesial: e por isso a busca de uma pedagogia da santidade que não exclua a vulnerabilidade, a humanização, a diferença e riqueza dos gêneros.

A *opção preferencial pelos pobres* – que viu no Concílio emergirem alguns propósitos audazes por parte de um grupo de bispos, mas sem conseguir impor-se – tornou-se um grande momento eclesial nas décadas de 1970 e 1980, e está no centro do documento *Religiosos e Promoção Humana* (1980), talvez o mais avançado e corajoso do pós-Concílio.

A adaptação à *mudança das condições* culturais, sociais, psíquicas, antropológicas etc. provocou uma transformação de todo o paradigma *formativo*, caracterizando-o com o método personalizado, dinâmico, holístico, em progresso. E apareceram linguagens e itinerários que retomam os percursos “mistagógicos”, além daqueles da doutrinação e das formas pré-constituídas.

A dignidade e a autonomia da pessoa levaram a uma *corresponsabilidade*, antes impossível de pensar e de imaginar, e também a dar espaço aos *direitos* e ao respeito da pessoa. Mas também abriu o empenho por uma Vida Consagrada mais

humanizada, sem as suspeitas do período precedente sobre a dignidade humana.

O convite a coordenar-se em *conferências* de superiores favoreceu o nascimento de organismos que se tornaram protagonistas e interlocutores de grande influência nestes anos.

As relações eclesiais, antes reduzidas somente ao relatório (muitas vezes conflituoso) com os bispos, se entrelaçam num *multirrelacionamento* eclesial entrelaçado que ainda não chegou ao seu pleno amadurecimento.

A releitura das intenções dos fundadores levou a descobertas originais dos *projetos de origem* e a uma criatividade exploratória em torno do *carisma* para uma nova encarnação e inculturação.

O convite a *participar do progresso* bíblico, teológico, litúrgico, pastoral, ecumênico, missionário etc. provocou uma miríade de experiências geniais e, sobretudo, um crescimento da *consciência feminina* e da sua genialidade, antes marginalizadas ou totalmente ausentes em muitos setores.

E que dizer do florescimento de fecundidade entrelaçada com a *participação dos leigos* no carisma de maneiras novas e com uma corresponsabilidade antes impossível?

Que dizer da *criatividade* na linguagem e nas experiências, nas simbologias e nas opções pelos pobres, em correlação ao convite a não ser “estranhos aos homens ou inúteis para a cidade terrena” (LG, n. 46)?

E por acaso a *raiz batismal* comum não produziu experiências e ajudou a coragem a parar *novos modelos* de “família eclesial” na qual se encontram, de igual para igual, homens e mulheres, leigos e presbíteros, celibatários e casados?

Mas já pode bastar: cada um de vocês sabe acrescentar também outras coisas sozinho.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Que sinais de criatividade percebo em mim e na minha província a partir da abertura que os textos conciliares apontam para a Vida Consagrada?
2. O Concílio Vaticano II estimula a participação dos leigos no carisma do Instituto. Como a sua comunidade, a sua província e o seu Instituto acolhem a participação do leigo na partilha do carisma?
3. A opção preferencial pelos pobres é um projeto superficial, “de faz de conta”, para atender aos apelos do Concílio, ou é um projeto profundo para atender ao sonho de Jesus Cristo?